

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

CLÉVERSON GONÇALVES DE OLIVEIRA

**O PROBLEMA DAS DROGAS É UM PROBLEMA DO CAPITAL: ANÁLISE
DOS MOVIMENTOS ANTIPROIBICIONISTA, UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O
SERVIÇO SOCIAL.**

Programa de pós-graduação em Serviço Social Mestrado

São Paulo
2023

Ketinho Oliveira

**O PROBLEMA DAS DROGAS É UM PROBLEMA DO CAPITAL: ANÁLISE
DOS MOVIMENTOS ANTIPROIBICIONISTA, UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O
SERVIÇO SOCIAL.**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC- SP, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social, sob orientação do Prof. Dr. Antônio Carlos Mazzeo.
Área de concentração: Política Social. Linha de pesquisa: Assistência Social e Seguridade Social.

São Paulo

2023

Banca Examinadora

Prof. Dr. Antônio Carlos Mazzeo
(Orientador) Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo

Prof.^a Dr. Rodrigo Diniz
Universidade Católica de São Paulo

Prof.^a Dra. Heleni Duarte Dantas de Ávila
Universidade Federal Reconcavo da Bahia
UFRB

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Brasil (CAPES) – nº do processo 88887.638811/2021- 00 ”

"This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – nº do processo 88887.638811/2021-00"

À todes trabalhadores socialmente
oprimidos pelo sistema deshumano
capitalista.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as substâncias psicoativas que me trouxeram até aqui;
Agradeço a energia e força dos meus ancestrais que lutaram pela liberdade agradeço os meus deuses e deusas e minha comunidade tradicional de matriz africana;
Agradeço a mais “famosa” turma do Mestrado da PUC-SP, conhecida popularmente, como Terceirão;
Agradeço aos meus familiares.
Agradeço aos meus amigos, amigas e amigues!
Agradeço a PUC-SP e a todos os profissionais que fazem o funcionamento desta instituição, a todo corpo docente do Programa de Pós-graduação em Serviço Social
Agradeço a CAPES
Ao meu Orientador pelos direcionamentos crítico - marxistas.
Agradeço a toda classe trabalhadora composta de pessoas com deficiência, homens, mulheres, pessoas pretas, LGBTQIAPN+, indígenas, explorados do campo e da cidade, por me motivar a continuar luta revolucionária.
Agradeço ao Coletivo Aquilombar por fortalecer a luta de classe, radicalmente Antiracista.



Muito Obrigado Axé

Isso é pra te levar no
Ilê Pra te lembrar do
Badauê Pra te lembrar
de lá

Isso é pra te levar no meu
terreiro Pra te levar no
Candomblé
Pra te levar no altar

Isso é pra te levar na fé
pois Deus é brasileiro
Muito obrigado Axé

Ilumina o Mirim Orunmilá
Na estrada que vem a
cota É um malê é um
maleme
Quem tem santo é quem entende

Quanto mais, pra quem tem Ogum, Missão e
paz Quanto mais, pra quem tem ideais e os
Orixás Quanto mais, pra quem tem Ogum,
Missão e paz Quanto mais, pra quem tem
ideais e os Orixás

Joga as armas pra lá
Joga, joga as armas pra
lá

Joga as armas pra
lá Faz a festa
Joga as armas pra lá
Joga, joga as armas pra
lá Joga as armas pra lá
Faz um samba

Joga as armas pra lá
Joga, joga as armas pra
lá Joga as armas pra lá
Traz a orquestra

Joga as armas pra lá
Joga, joga as armas pra
lá Joga as armas pra lá
Faz a festa

Odô, Axé Odô, Axé Odô, Axé
Odô Odô, Axé Odô, Axé Odô,
Axé Odô Odô, Axé Odô, Axé
Odô, Axé Odô Odô, Axé Odô,
Axé Odô, Axé Odô

RESUMO

OLIVEIRA, Cléverson Gonçalves de. **O problema das drogas é um problema do capital**: análise dos movimentos antiproibicionista, uma construção para o Serviço Social

Esta dissertação traz uma reflexão teórica e informações acerca da história social das drogas, em uma análise crítica, anticapitalista, antiproibicionista e antirracista diante as determinações reflexivas classes sociais. Embora pareça estar presente esse debate na sociedade, é necessário compreender os processos em que o racismo e a racialização da humanidade que ocasionou uma dominação do processo cultural, político, ideológico e econômico das relações sociais. Buscamos analisar a história social das drogas e os perfis de usuários dependentes de substância psicoativas e vivem na região central de São Paulo, com isso, compreender as relações raciais, as políticas públicas sobre drogas e os movimentos antiproibicionista. Um olhar crítico mediante os processos de exploração e desumanização dos corpos pauperizados principalmente presente na classe trabalhadora. As questões elementares para essa discussão tendem a pensar o processo do racismo, colonialismo e o capitalismo no bojo da teoria social crítica, visando compreender os elementos para a manutenção da sociedade capitalista.

Palavras-chave: Drogas, Serviço Social, Movimento Antiproibicionista, Capitalismo

ABSTRACT

OLIVEIRA, Cléverson Gonçalves de. **The drug problem is a capital problem:** analysis of anti-prohibitionist movements, a construction for Social Service

This dissertation brings a theoretical reflection on the elements and information about the social history of drugs, in a critical, anti-capitalist, anti-prohibitionist and anti-racist analysis in the face of the reflexive determinations of social classes. Although this debate seems to be present in society, it is necessary to understand the processes in which racism and the racialization of humanity that caused a domination of the cultural, political, ideological and economic process of social relations. We seek to analyze the social history of drugs and the profiles of users dependent on psychoactive substances and living in the central region of São Paulo, thereby understanding race relations, public policies on drugs and anti-prohibitionist movements. A critical look through the processes of exploitation and dehumanization of impoverished bodies mainly present in the working class. The elementary questions for this discussion tend to think of the process of racism, colonialism and capitalism in the midst of critical social theory, aiming to understand the elements for the maintenance of capitalist society.

Keywords: Drugs, Social Service, Anti-Prohibitionist Movement, Capitalism

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino E Pesquisa em Serviço Social
CAPS-AD	Centro de Atendimento Psicossocial
CE	Código de Ética
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
CID	Código Individual de Doença
CONAD	Conselho Nacional de Política Sobre Drogas
CT	Comunidades Terapêuticas
DH	Direitos Humanos
ENESSO	Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
ICICT	Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica Em Saúde
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
OBID	Observatório Brasileiro de Informações Sobre Droga
PBPD	Plataforma Brasileira de Política de Drogas
PM	Polícia Militar
RD	Redução de Danos
RENF	Rede Feminista Antiproibicionista
SENAD	Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas e Gestão de Ativos
SISNAD	Sistema Nacional de Política Sobre Drogas
SRTE	Serviço de Repressão a Tóxicos e Entorpecentes
SUS	Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	13
2.	CAPITALISMO, UM DETERMINANTE (MAL)DITO: IMPACTO DO RACISMO, COLONIALISMO E DO CONSERVADORISMO NA POLÍTICA DE DROGAS.....	20
2.1	Acumulação e exploração das vidas negras: uma situação social e econômica que descende da abolição	20
2.2	Os conceitos da teoria marxista em uma breve análise da história social das drogas	23
2.3	Droga como Mercadoria	27
2.4	Brasil um histórico de (des) financiamento: uma estratégia contra as vidas negras.	28
3.	O FOCO É NO USUÁRIO E NÃO NAS DROGAS”: INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA COMO ESTRATÉGIA DE DESUMANIZAÇÃO NA POLÍTICA DE DROGAS.....	33
3.1	O debate na sociedade sobre internação compulsória.....	33
3.2	O debate sobre a internação compulsória na categoria profissional de assistentes sociais.....	47
4.	NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS: UMA “BRISA” QUE FLERTA ENTRE IDENTIDADE E CLASSE SOCIAL	51
4.1	Novos Movimentos sociais e movimento antiproibicionista	51
4.2	Teoria dos novos movimentos sociais: Entre fraturas e feitura	56
4.3	Movimento antiproibicionista	60
4.4	Iniciativa Negra Por Uma Nova Política Sobre Drogas.....	61
4.5	É de Lei	62
4.6	RENFA	64
	CONCLUSÃO.....	67
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	70

1. INTRODUÇÃO

Seja bem-vindo a esta construção! Seja bem-vinda ao conjunto de palavras traduzidas da racionalidade para transcrição de parte da vida do sujeito Ketinho Oliveira nesta dissertação. Seja bem-vindes a história de um jovem cheio de sonho, desejos e aspirações. Fique à vontade para emociona-se, sinta essa leve brisa serena, para viajar nessas palavras e não se esqueça de fazer aquela reflexão: Como foi possível chegar até aqui!?

Esta dissertação discursa o caminho percorrido, o conjunto de parágrafos é como uma roda de capoeira fundidos em golpes e movimentação: A mandinga é a manifestação dos marginais - olhares, as pernas são substantivo, o golpe da “armadas pulada” compõe os mais belos adjetivos, a “ponte” liga os pronomes e dançam entre a 1ª, 2ª e 3ª pessoa. A bananeira com a cabeça no chão, marca um ponto nesta vida social: o rompimento da reprodução do ódio! A musicalidade dos atabaques pulsão o coração da terra e alimenta as raízes da árvore do “o berimbau” que se torna o “direcionador” das lutas revolucionária do antiproibicionismo, anitipunivismo e do antirracismo preto.

Negamos o identitarismo como conceito para análise de qualquer expressão, sujeito, cultura ou luta mencionada no conjunto desta dissertação. Os conceitos e análises historicamente construído pela academia, reprodução oral e cultura relacionadas ao povo negro, as mulheres, indígenas provem de interferência direta na reprodução social da vida, indissociável das mazelas da reprodução social no capitalismo.

Estamos falando de vidas negras e indígenas que construíram historicamente esta nação/continente, estamos falando da classe trabalhadora que vive a violência estrutural do sistema capitalista, as políticas de controle dos corpos, estamos honrando a classe revolucionária que se revoltou na escravidão e por uma nova ordem social no Brasil com a derrubada da Ditadura Civil Militar e tantos outros exemplos que podemos rememorar. É também nesta classe, que está atribuído a negação da existência de determinados indivíduos, empalados aos problemas materiais, econômicos e subjetivos da vida social, o que produz o adoecimento pelo uso dependente problemático e compulsivo de substância psicoativas.

Estamos falando de um comércio internacional que impacta na economia do nosso país, que contribui para a ampliação do trabalho infantil; trabalhadores informais que movimentam o comércio ilegal (mercadoria, produção, circulação), fundo público para o financiamento das violações (segurança pública, comunidade terapêutica religiosa), política de saúde, auto cuidado, justiça, organizações criminosas, corpos pretos marginalizado, financiamento bélico, tráfico de armas, polícia, partidos e políticos, estamos falando de pessoas que o salário custa a vida e a liberdade.

Estamos falando de movimentos sociais antiproibicionista que não faz macro sem abandonar o micro, estamos falando de um processo também pelo fim do capitalismo e dos adoecimentos que este sistema produz em nossos corpos, mentes e relações.

Durante a graduação no curso de Serviço Social, pude experienciar através do estágio em uma unidade do Centro de Atendimento Psicossocial - CAPS AD diversos dilemas da prática profissional e a sua relação com os movimentos sociais. Esta experiência, fomentou o trabalho de conclusão de curso - TCC intitulado: "Serviço Social e Internação Compulsória: O retrocesso das Políticas Sociais no Brasil e os desafios de uma análise anti-proibicionista", onde pude notar a dificuldade de aproximação de Assistentes Sociais com os movimentos sociais, além da dificuldade de acesso a materiais de formação continuada disponibilizados pelo conjunto CFESS/CRESS (Conselho Federal de Serviço Social - Conselho Regional de Serviço Social) sobre o tema álcool e outras drogas no contexto ético e antiproibicionista.

Impulsionado à esta aproximação, esta dissertação propõe avançar na produção de conhecimento sobre a relação social das drogas na sociedade com uma análise crítica, e com isso, apreciar a questão dos movimentos sociais e organizações antiproibicionista que atuam na cidade de São Paulo; o fundo público e o financiamento das violações, bem como os avanços do Serviço Social brasileiro sobre a temática sobre drogas.

A ideologia que criminaliza o uso das drogas tem sido intensificada por meio do conservadorismo moral presente nas instituições de poder do estado e em outras organizações liberais e religiosas que fortalecem o conservadorismo presente no estado brasileiro.

O atual contexto do capitalismo neoliberal estimula o sucateamento e fechamento de serviços e a criminalização dos sujeitos, movimentos sociais e

organizações políticas da sociedade em geral, o que resulta na dificuldade de acesso ao tratamento em saúde, saúde mental e no trabalho diante dos rebatimentos do capitalismo na manutenção da vida social - desemprego, (i)migrações, desestrutura habitacional, conflitos familiares, racismo, entre outros.

O movimento antiproibicionista¹ enquanto construção contra hegemonia conservadora dominante, vem colaborando com a qualificação dos serviços prestados por meio das Políticas Sociais, seja ocupando as instâncias de controle social (conselho de direito), na formação técnico - profissional, nas articulações políticas, na produção do conhecimento, no atendimento e acolhimento de usuárias/os de substâncias psicoativas, entre outros.

A ação dos movimentos sociais antiproibicionistas - que se contrapõem à ordem do capital - anuncia outras possibilidades de sociabilidade humanizada e livre da repressão. Estas ações têm protagonizado a denúncia dos ataques às políticas sociais, por meio de governos que fortalecem a ideologia do fascismo e que visam o acúmulo/poder econômico em detrimento dos sujeitos.

Neste sentido, percebe-se o potencial articulador destes movimentos, ao dialogar com os diversos segmentos da sociedade civil, do poder legislativo e executivo, reunindo diversos recursos para contrapor a lógica do poder do estado, que vê no encarceramento a única alternativa possível diante destas problemáticas. Frente ao exposto, a presente pesquisa mostra-se relevante para contribuição com o desmantelamento de preconceitos sociais existentes na cultura/ideologia proibicionista que têm refletido nas ofertas dos serviços públicos, seja na reprodução de valores conservadores que ferem os direitos humanos, seja através da moral religiosa presente nas instituições de prestação de serviços, bem como a transferência da responsabilidade do Estado para instituições religiosas no cuidado com usuários dependentes de substâncias psicoativas, o que remonta a dificuldade profissional da/o assistente social de assegurar o projeto ético-político em contextos avassaladores.

¹ O movimento antiproibicionista é diverso e composto por várias organizações e indivíduos que se unem, fazendo oposição à atual política de drogas, ao conservadorismo, combatendo estigma e preconceitos. Embora não haja um conjunto único de princípios que norteiam o exercício/atuação dos integrantes destas organizações.

As drogas sempre estiveram presentes na dinâmica da vida em sociedade, tendo em vista a relação do homem com a natureza e seus elementos para a socialização dos indivíduos, sendo na forma como os sujeitos se relacionam, bem como sua transitoriedade geracional (momentos históricos e transformação das substâncias), até mesmo nas relações sociais de convívio cotidiano comum; rituais religiosos; momentos festivos; questões terapêuticas ou alimentares das sociabilidades tradicionais da modernidade.

Durante esta construção não foi encontrada em nenhuma bibliografia consultada a ausência do uso de drogas na construção diária de uma sociedade. Portanto, podemos afirmar que as drogas sempre estiveram presentes na sociedade desde os primórdios da evolução humana até a contemporaneidade.

Desde sua pré-história, o ser humano vem fazendo uso de substâncias psicoativas para um leque de finalidades que se estendem do seu emprego lúdico, com fins estritamente prazerosos, até o desencadeamento de estados de êxtase místico/religioso. De grande importância também, tem sido seu uso para fins curativos, seja no bojo de práticas religiosas tradicionais, seja no contexto médico-científico da atualidade (MACRE e SEIBEL 1)

Podemos perceber que, em momentos distintos do processo histórico, substâncias psicoativas estão ligadas a uma configuração alimentícia, lúdica, social, subjetiva, material e medicinal no contexto da necessidade de cada indivíduo, de nível prazeroso através das sensações que são encontradas nas substâncias, além do bem-estar utilitário ao corpo (a depender da finalidade ou do “nível” dependência).

Ópio, cannabis, cogumelos, cacto, todas as formas de consumo de álcool, tabaco, café e chá, etc. São algumas dessas substâncias e plantas que têm uma importância senão igual, superior às plantas alimentícias, pois os alimentos e as drogas são elementos espirituais, que consolam, anestesiaram, estimulam prazeres para sua sociabilidade desde a manutenção das suas atividades vitais, como para fins festivos, religioso e profano (RODRIGUES)

É notória essa relação histórica na América com a utilidade do que hoje chamamos de “drogas”. Para os indígenas (povos nativos) que utilizavam as ervas naturais para seus rituais, e até mesmo para questões de saúde (medicinais), podem ser utilizadas e cultivadas por toda tribo (crianças, adolescentes, adultos e idosos), compondo parte da cultura. Ainda que sendo descaracterizado por setores moralistas da sociedade, fundamentalmente pelo conservadorismo e pelo preconceito.

No Brasil as respostas sociais e de saúde sobre o uso das diferentes drogas têm historicamente se alinhado às tendências conservadoras dominantes, com destaque na legislação brasileira sobre drogas. O moralismo e o autoritarismo oferecem as bases de legitimidade da vertente de guerra às Drogas. (BRITES, 2006, p.70)

Essa relação de combate às drogas historicamente vem tomando proporções diferentes. Uma vez que o foco na droga acaba transferindo-se ao usuário, intensificando com as opressões físicas e sociais - neste caso, jovens negros e moradores de periferias. A guerra às drogas culpabiliza e criminaliza os sujeitos, além de excluí-los socialmente, marginalizando suas ações no cotidiano.

De acordo com Brites (2017) as características da ideologia do proibicionismo se baseiam nos mecanismos de controle e estigmatização, contribuindo com a lógica higienista que marginaliza os sujeitos e o território, em específico a juventude negra em comunidades periféricas.

O proibicionismo como ideologia serviu, e serve a muitos usos. Durante todo o século XX serviu para justificar cruzadas morais de corte étnico-racial e de classe, repressões militares aos movimentos insurgentes contra a desigualdade nas sociedades de capitalismo periférico, alguns de caráter anticapitalista, a caça aos inimigos internos e externos, as invasões militares e a associação entre narcotráfico e terrorismo. (C. M. BRITES 109)

Bastos e Fonseca (2012) sumariza o processo de proibição, e conseqüente criminalização, do uso de drogas, relacionando-os com o movimento de temperança nascido nos Estados Unidos no séc. XIX. Afinado com a proposta de grupos da religião protestante e de uma sociedade capitalista, tal movimento tinha como objetivo a proibição do uso do álcool, principalmente através do controle social das populações pobres e, em especial, da classe trabalhadora, que estaria suscetível ao consumo desregrado e aos excessos

A droga se converteu no grande eixo moral, religioso, político e ético da reconstrução do inimigo interno, alavancando o crescente aumento da população encarcerada, como sempre seletivamente composta por pobres, jovens e afrodescendentes. (BATISTA 130)

Esse processo proibicionista nos remete à marginalização do sujeito de uma forma global, uma expansão do poder punitivo que vem se consolidando através do tráfico e do narcotráfico, da violência e dos aparatos do estado.

Carneiro (2018) enfatiza que o processo de criminalização das drogas no Sec. XX do tráfico de drogas, fortaleceu os sistemas de controle aprofundando seu caráter genocida. O número de mortos na “guerra do tráfico” está em todas as bancas, notícias e telejornais. A violência policial é imediatamente legitimada se a vítima é um suposto traficante.

Segundo Fiore (2012), o movimento antiproibicionista tem se consolidado em seu pleno desenvolvimento, ou seja, está em processo de construção mediante o seu acúmulo e os embates com as forças proibicionistas. Esse processo de organização social tem suas formas em diversos territórios, países, com diversas expressões e pautas de reivindicações.

Os movimentos sociais que fazem esta análise relacionada a classe social também perpassam uma leitura do antiproibicionismo (pelo fim do controle social dos sujeitos, principalmente os sujeitos socialmente pauperizados - a margem de uma sociedade onde o controle social parte da punição dos corpos, ausência do direito à liberdade e prisões). Em São Paulo, “O Centro de Convivência - é de Lei, A Rede Feminista Antiproibicionista “RENFA” e a “Iniciativa Negra Por Uma Nova Política de drogas”, tem cumprido a sua função social como organizações sociais de cunho antiproibicionista, propondo a sociedade civil e aos profissionais que atendem usuários de drogas um processo de formação política e educacional baseado nos princípios dos direitos humanos e na interseccionalidade de gênero, raça, classe, pesquisas científicas, atendimento a comunidade, oferta e criação de insumos para o trabalho com RD - Redução de Danos e participações em diversos espaços da gestão pública, como por exemplo os conselhos de direito.

A violência produzida pelo Estado contra os usuários-dependentes de substâncias psicoativas, principalmente com grupos sociais concentrados em determinados territórios nas diversas capitais do Brasil, denominados como “Cracolândias”, também se configura em um desdobramento das expressões da questão social.

A questão social expressa, portanto, desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade ao acesso ao bem da civilização. (IAMAMOTO 160)

A conceituação de questão social de lamamoto é fundamental para a análise da totalidade na qual está circunscrita a profissão e a questão das drogas. Visando levantar elementos para esta discussão e a condição do uso excessivo e os desdobramentos na produção e reprodução social.

Esse questionamento impulsiona a pensar o papel do conhecimento científico do Serviço Social e sua aplicabilidade no trabalho crítico de Assistentes Sociais. Entretanto é necessário fazer uma análise com foco no sistema capitalista para avançar e compreender a droga como mercadoria e o que este sistema produz nas relações humanas. “O capital precisa gerenciar o corpo, a alma, o afeto e o trabalho dos homens através de uma rede de controles sociais” (BATISTA 3)

Esta dissertação tem como base a Teoria Social Crítica, tendo em vista que analisaremos conceitos expresso na teoria, fazendo menção a partir da análise de totalidade, o movimento histórico da sociedade, a propriedade privada e os meios de produção, a questão social e suas expressões na sociedade de classe conduzidas por uma “finalidade intimamente relacionada com a transformação das condições” da sociedade contemporânea. (SEVERINO 116)

Em um primeiro momento, está prevista a pesquisa bibliográfica para analisar historicamente o papel cultural das drogas na sociedade brasileira e sua relação no mercado, baseado nas obras do Dr. Henrique Carneiro, visando compreender os aspectos da droga no processo de acumulação primitiva, mercantilismo e neoliberalismo.

As análises do antiproibicionismo como movimento ideológico e político, as políticas públicas no campo da saúde e a apreensão sobre os avanços da categoria de Assistente Social sobre a temática das drogas, e suas estratégias na garantia dos direitos sociais e humanos, são oriundas das análises contida nas obras e publicações da Dra. Cristina Brites, e das publicações e orientações do conjunto CFESS/CRESS, Código de ética.

2. Capitalismo, um determinante (mal)dito: impacto do racismo, colonialismo e do conservadorismo na política de drogas.

“Oh, meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona!”²

2.1 Acumulação e exploração das vidas negras: uma situação social e econômica que descende da abolição

O século XX é marcado pelas questões raciais e se fortalecem diante a consolidação do cenário que caracteriza os problemas sociais, e das ações que remetem a luta que constitui as ações de resistência de grupos étnicos e raciais, desde as revoluções, no processo de colonização, pela conquista da liberdade, revoltas, as implicações para com o movimento do mercado, território, pela valorização da força de trabalho no sistema produtivo, nas migrações, nas proibições dos corpos e de suas culturas/religiões.

Durante esse processo histórico, percebemos as diversas formas similares que ocorreram em distintos territórios do mundo e se faz notório que tal incumbência se destina a grupos étnico raciais, o que podemos determinar que tal radicalização incide no processo de dominação.

Segundo Octavio Ianni (1996)

“Oriente Médio, África do Sul, Índia, Rússia, Estados Unidos, Europa, América Latina, Caribe; ou Primeiro, Segundo e Terceiro Mundo; ou ainda Centro e Periferia; para não repetir Ocidente e Oriente. Em todas

² Prof. Dr. Joaze Bernardino Costa -Professor associado do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, Doutor em Sociologia (UnB), Pós-Doutor em Estudos Étnicos (Universidade da Califórnia, Berkeley). Possui diversas publicações no Brasil e exterior sobre ações afirmativas, intelectuais negros e estudos sobre racismo. A frase em destaque é inspirada no texto “A prece de Frantz Fanon: Oh, meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona!” veja mais em <https://www.scielo.br/j/civitas/a/Gy3hNTtTpgyKWttsz4L674C/?lang=pt#> Acessado em 18/09/2023

as nações e nacionalidades envolvidas nesses emblemas há problemas raciais, pouco

evidentes ou agudos, antigos ou recentes, que se desenvolvem mas não se resolvem. Aí mesclam-se diversidades e desigualdades de todos os tipos, compreendendo inclusive as religiosas e lingüísticas, mas sempre envolvendo alguma forma de racialização das relações sociais. São realidades sociais às vezes extremamente complexas e inextricáveis, produzidas ao longo de migrações, escravismos e outras formas de trabalho forçado, convívios pacíficos, conflitos inesperados, genocídios, revoluções, guerras” (p.2)

Ao analisar as questões raciais no processo pós-colonial, na ordem social do capitalismo moderno, temos a racialização como respostas para diversos conflitos sociais. A discussão do problema étnico-racial ocasionado pelo processo colonial não pode ser afirmada somente pelo domínio sobre o corpo preto, em decorrência as diversas formas de exploração social ocasionada em outros lugares do mundo, mas podemos afirmar que a consolidação desta ideologia na construção das relações sociais na América Latina está baseada nas singularidades presentes nas culturas, no fenótipo e religião/culto do povo negro e indígena.

Essa afirmação se consolida diante o processo de acúmulo teórico no campo das ciências humanas, espaço acadêmico e científico onde tem construído e surgido diversas produções acerca da temática da questão racial, do racismo, e a crítica do desenvolvimento econômico da sociedade em análise do capitalismo moderno para além da teoria social crítica de Marx.

Vale destacar a contribuição de Gilberto Freyre, mesmo com todos outros avanços e pesquisas que desvelam o processo colonial, ainda sua obra Casa Grande e senzala publicada 1933, auxiliou a compreensão da segregação racial no Brasil, a concepção de raça e porque existe exploração pela cor da pele.

Clóvis Moura em sua obra Sociologia do negro brasileiro (1988), refuta Freyre de forma ousada, uma crítica pertinente:

“antecipava-se na elaboração de uma interpretação social do Brasil através das categorias Casa-grande e Senzala, colocando a nossa escravidão, como composta de senhores bondosos e escravos submissos (...) O mito do bom senhor de Freyre, é uma tentativa sistemática e deliberadamente bem montada e inteligível arquitetada para interpretar as

contradições estruturais do escravismo como simples episódio epidérmico, sem importância, e que não chegaram a desmentir a existência dessa harmonia entre exploradores e explorados durante aquele período. (p.18)

Eric Williams, em sua brilhante obra *Capitalismo e escravidão* (1944) nos motiva a compreender que a dominação da escravidão negra na América “foi motivada por aspectos puramente econômico”. Isso se faz importante neste momento, pois, esta análise busca entender as premissas do sistema capitalista, questão racial e a questão das drogas (do processo cultural ao mercantil) no redemoinho da dominação territorial e humana próprio do sistema colonial e capitalista.

Mathias (2013), faz um estudo sobre a Tese de Williams e o sistema colonial e diz:

“o comércio triangular forneceu um estímulo triplo para a Revolução Industrial. Primeiro, os escravos eram permutados na África por produtos manufaturados ingleses, o que contribuía para fomentar a produção doméstica britânica. Posteriormente, uma vez tendo cruzado Atlântico, os negros eram deslocados para as plantations, onde produziam açúcar, algodão, anil e outros produtos tropicais que serviam de matéria-prima ou estimulavam a criação de novas atividades industriais na Inglaterra. Nesse cenário, a manutenção do sistema estimulava um mercado ultramarino para produtos industrializados ingleses. Essa operação era extremamente lucrativa para os negociantes e industriais nela atuantes”. (MATHIAS 51-52)

O que visa transmitir até o presente momento é a contribuição dos estudos da questão racial no interior do processo colonial e afirmar que se o capitalismo é a base de sustentação do racismo, o processo de desenvolvimento do capitalismo com a exploração dos negros “Amefricanos”.³

Como podemos afirmar diante o acúmulo de Marx em sua obra “O Capital”, no capítulo 24 - “Assim chamada acumulação primitiva de capital”, Marx trabalhou o

³ BARRETO, Raquel. Introdução: Lélia Gonzalez, uma intérprete do Brasil. In: GONZALEZ, Lélia. Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

_____. Enegrecendo o feminismo ou feminizando a raça: narrativas de libertação em Ângela Davis e Lélia Gonzalez. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2005.

processo de desenvolvimento histórico do capitalismo, na ocasião Marx, ao fazer seu estudo, percebeu alguns elementos importantes para compreender o processo de sustentação do capital: A expropriação dos camponeses na Europa pela violência, e Apropriação de terras, territórios e colônias elementos fundantes para a exploração humana, o acúmulo de riquezas para a igreja, colonizadores e empresários. Como sabemos o capitalismo não surgiu de forma monetária e gradual, se desenvolveu por meio de um processo sangrento e violento: Despejo dos camponeses, exploração de recursos naturais, criação de trabalho livre, expropriação de camponeses e de apropriação de recursos naturais e terras comuns.

Em resumo, o Capítulo 24 de "O Capital" de Marx explora como o capitalismo se localiza por meio da expropriação dos camponeses, da apropriação de recursos naturais e da criação de um mercado de trabalho livre. Marx argumenta que essa acumulação primitiva de capital foi marcada pelas injustiças e desigualdades que moldaram a estrutura social do capitalismo moderno.

2.2 Os conceitos da teoria marxista em uma breve análise da história social das drogas

Procurou o homem, desde a mais remota antiguidade, encontrar um remédio que tivesse a propriedade de aliviar suas dores, serenar suas paixões, trazer-lhe alegria, livrá-lo de angústias, do medo ou que lhe desse o privilégio de prever o futuro, que lhe proporcionasse coragem, ânimo para enfrentar as tristezas e o vazio da vida (SOLLERO 39)

A história social é um elemento importante para compreender os aspectos políticos, civilizatórios, agrônomos, culturais, e territoriais da sociedade. As análises aqui realizadas se debruçam a partir da história social, uma alternativa para acessar conteúdos e teorias que narram a historicidade e sujeitos orgânico e inorgânico, contribuindo para o acúmulo de informações no campo da interdisciplinaridade, científica e crítica que possibilita alternativa para análise e ou respostas às complexibilidade do “mundo da droga”, do sistema capitalista e da questão racial.

As drogas, sempre se fizeram presentes na sociabilidade, tendo em vista a relação do homem com a natureza e os aspectos culturais/naturais de utilização de seus elementos para as necessidades essenciais básicas, espirituais, de produção e reprodução das relações sociais e da vida.

As drogas exploram os sentidos humanos, exaltam o conjunto de sensações, aguçam prazeres, salientam dores e incômodos objetivos – materiais, e subjetivo do ponto de vista cognitivo e imaginário, compõem a religiosidade e os processos de festividade que sustentam naturalmente as necessidades biológicas, sociais e culturais.

As drogas em seu processo cultural perduraram por muito tempo como uma ferramenta de ligação ao divino e como práticas de sociabilidade, este podemos chamar um elo entre a realidade social estabelecida pelo desenvolvimento humano e o exercício da espiritualidade “Podemos perceber o processo do desenvolvimento da humanidade através da agricultura – principal desenvolvimento da força produtiva, inicialmente, processo neolítico até a revolução industrial” (Carneiro, 2017, p.24)

“As Plantas alimentícias nutrem o corpo e a conquista cultural da sua domesticação e do seu cultivo que produziu a primeira **revolução produtiva** que marca a fundação da agricultura no período neolítico. As que não são apenas alimentares afetam sentidos, gosto, aroma e cor; afetam o pensamento, o humor, o ânimo, o apetite sexual, o sono e a vigília; são apenas estimulante narcótica, alucinógena, afrodisíaca, tonificante” (CARNEIRO, p.25)

As plantas alimentícias têm uma função fundamental para a nutrição do corpo, o desenvolvimento do homem com o domínio do manuseio das plantas na natureza através do conhecimento agrícola, de aspectos culturais, místico e religiosos contribuíram para o conhecimento e aproximação de algumas ervas e sementes em busca de novas experimentações, sensações, e cura, com elementos excitantes, relaxantes, estimulante e de ligação com a espiritualidade. Assim se aproximou destas novas experiências através do trabalho, categoria fundante do ser social.⁴

⁴ As categorias natureza (Natur) e processo de trabalho (Arbeitprozeß), são bases essenciais para compreender os fundamentos para pensar a ontologia do ser social nos escritos marxianos. “Este artigo se divide em duas partes: na primeira, é apresentada a leitura marxiana da questão da natureza

Marx expõe em sua obra uma concepção ampliada de trabalho ontológico e histórica - como intercâmbio do homem com a natureza, em um movimento que desencadeia a dupla transformação da natureza e do próprio gênero humano. O autor considera o trabalho como dispêndio de energia humana física e intelectual, cujo resultado é a produção de bens (mercadorias) materiais e simbólicos que visam satisfazer “necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia” (MARX apud RAICHELIS, p. 158, 2018).

Está condicionado a nós humanos o trabalho como fonte do desenvolvimento humano e base para o desenvolvimento das forças produtivas. O trabalho dos povos tradicionais e originários dos mais distintos lugares do mundo, não estava condicionado à lógica do trabalho explorado que hoje conhecemos mediante o processo de acumulação do capital, fazemos menção neste momento ao trabalho como fonte do descobrimento individual e de descoberta dos extratos natureza para o benefício comunitário.

Esse processo de conhecimento e exploração da natureza é analisado a partir da capacidade teleológica determinada na teoria social crítica. Entende-se esse conceito fundamental para compreender os processos evolutivos da humanidade e os avanços sociais e históricos, uma análise que transcreve a capacidade laboral para o exercício do espiritual, um esforço que concede resposta ao descobrimento desde a gênese humana, os aspectos místicos, o descobrimento do fogo, a criação dos insumos para o uso das substâncias.

Portanto, entende-se que a teleologia é aquilo que expressa e concretiza a capacidade criativa humana, que vai desde a produção de um cachimbo para o uso do crack, até a transformação da uva em vinho para o simbolismo do sangue de cristo.

Os processos históricos, nos colocam a diversas reflexões para pensarmos a importância da temática das drogas no interior das discussões permanentes do Serviço Social e nas Ciências Sociais. A relação de convívio com as substâncias psicoativas pode ser analisada a partir da forma como a sociedade está organizada, a forma que cada cultura maneja as substâncias e como tais elementos compõem

nas filosofias de Hegel e Feuerbach; na segunda, é feita a análise acerca da questão da natureza e do processo de trabalho nos textos de Marx”. Disponível em:
(<https://www.scielo.br/j/psoc/a/hpxGgHT7rQVdKRChNjNgnjP/?format=pdf&lang=pt>) acessado em 10/06/2023

as relações sociais e comunitária; se afirmarmos que cultivo e extração de substância compõem uma prática do desenvolvimento do ser social, podemos afirmar que o uso compõe uma práxis social⁵

Ao fazer uma análise dialética sobre as condições materiais do ser social, o homem é também produto do descobrimento, fruto do seu trabalho, o que podemos determinar de práxis humana como Mazzeo (2015) nos elucida:

Para Marx o homem é produto de seu trabalho, isto é, a práxis humana constitui o elemento central que o transforma em homem, ou seja, o homem é produto de sua práxis. A ideia de práxis, que aparece dialeticamente articulada como ação- pensamento/pensamento-ação coloca no campo da lógica educacional a noção de aprendizado permanente do homem enquanto ser individual conectado umbilical e dialeticamente ao ser social. (p. 31)

Tais conceitos são importantes para compreendermos o processo histórico do homem com a natureza e suas transformações no processo de evolução humana. A história social das drogas nos coloca a refletir sobre a importância social da substância, seus aspectos culturais e o que levou à proibição nos espaços na contemporaneidade.

Percebemos que essa bifurcação na linha tênue do prazer que as substâncias nos propõem, nos coloca a pensar a necessidade do uso situado entre a perspectiva social, cultural, biológica e espiritual e as mais diversas questões subjetivas individuais.

O caminho percorrido até aqui nos mostra a necessidade de pensarmos o uso de drogas, sujeito e sociedade atrelados às diversas dimensões da totalidade da vida humana. Evadimos de uma construção reducionista, moralista, e que faça juízo de valor as distintas questões individuais e coletivas que a droga possibilita a esta sociedade, mesmo compreendendo a importância das análises quantitativas e econômicas sobre a produção, circulação, especulação das substâncias e até aspectos biológicos do “bem ou o mal”, “tratamento ou dependência” “dependência

⁵ A Dra. Cristina Brites, tem uma brilhante tese de doutorado intitulada: “Ética e uso de drogas - uma contribuição da ontologia social para o campo da saúde pública e da redução de danos” (2006). A autora contribui com um estudo crítico e de qualidade uma abordagem ontológica sobre o fundamento do ser social, na perspectiva de situar o uso de drogas como uma atividade que responde as necessidades postas pela praxis social.

Disponível em <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/17822> acessado em 18/09/2023

por tratamento”.

2.3 Droga como Mercadoria

O conceito de mercadoria constitui em um elemento/objeto que por sua determinação objetiva final, tende, a satisfazer a necessidade humana, contribuindo assim para o desenvolvimento da sociedade, tais finalidade condiciona sua utilidade material inclusive para o exercício do espiritual e ou religioso - constituindo assim seu valor de uso mediante a sua significância e necessidades individuais e coletiva no processo mercantil.

Segundo os autores Braz e Neto (2012) mencionam que essa relação do homem, sociedade e natureza produziu diversos avanços tendo o trabalho uma dimensão social humana que constitui o processo e a necessidade do valor de uso sob o produto fruto também do trabalho, entretanto, reafirmam:

“Nem tudo que possui valor de uso resultante do trabalho é mercadoria”. Com isso sintetiza exemplificando: “Primeiro lugar só constitui mercadoria aqueles valores de uso que podem ser reproduzidos (...) Em segundo lugar porque a mercadoria é um valor de uso que se produz para a troca, para a venda” (NETO e BRAZ 92)

Podemos afirmar que a mercadoria é a “paridade” dialética que sumariza os objetos mediante ao seu valor de uso e troca, e se torna indispensável para entender a sociedade capitalista e a forma de produção, que por sua vez, necessitam da divisão social do trabalho e da propriedade privada dos meios de produção para se estruturar.

As determinações sociais que se manifestam nas relações sociais, mediante o conflito existentes entre as classes e conseqüentemente atrelado a todos os processos históricos da humanidade de exploração e opressão por meio do trabalho e das opressões de Raça e gênero, enfatiza a necessidade de consolidar respostas a todos esses artefatos que impactaram na vida e a história humana com a mercantilização das substâncias psicoativas.

Essa compreensão nos dá abertura para análises críticas das possibilidades e funções das drogas na sociedade capitalista brasileira, sua distorção do processo

cultural para a expansão mercadológica e com isso, a materialização da droga enquanto mercadoria de lucro, a criminalização das substâncias mediante aos interesses históricos da ideologia da hegemonia burguesa internacional, exploração do trabalho informal/ilegal nas chamadas classes perigosas e o encarceramento dos jovens e negros que vivem nas periferias

2.4 Brasil um histórico de (des) financiamento: uma estratégia contra as vidas negras.

É fato que a relação de negros/indígenas na história brasileira está marcada no processo de exploração, entretanto tais grupos étnicos se destaca(m) nos processos de produção de mercadoria, nas lutas e resistência, o que consolida a ideologia da dominação: O que se apresenta na realidade é a exploração e as particularidades da formação social brasileira em um ciclo contínuo de diversos tipos de violação

“As relações raciais se modificaram, mas guardaram em essências o pressuposto da hierarquia racial. O presente guarda traços do passado escravagista, traços que identificamos na guerra as drogas e nos corpos negros que esta guerra vítima com a morte, com a redução da expectativa da vida ao nascer, com o encarceramento, e com o silenciamento de um viver”. (FERRUGEM, 2019, pag. 72)

As questões sociais ocasionadas pelas contradições sociais de classe colocaram o controle sobre os corpos marginalizados, uma herança das legislações do período colonial e pós-colonial para manutenção da dominação do corpo preto na sociedade capitalista.

Se pensarmos as particularidades das políticas de drogas do Brasil ainda temos as questões das violências e do racismo no interior de sua construção/implementação, e se materializa nos serviços e nos atendimentos profissionais. É o movimento do “rolo compressor das opressões empurrado pelo conservadorismo”; esta analogia informa a conjuntura do governo brasileiro em 2022 e quem representa Bolsonaro para o setor progressista.

Visando analisar interações nas comunidades terapêuticas (CT) e a associação do Estado na garantia do financiamento de instituições cristãs e conservadoras, este debate tem sido apresentado politicamente pelo atual governo em suas decisões políticas, administrativas e financeiras para as ações de “favoritismo” com as igrejas, leis punitivas e controladoras dos corpos baseada na

ideologia do proibicionismo e se materializa no processo que denominamos de “guerra às drogas” ou “guerra aos usuários periféricos de drogas”. Como alternativa para o “processo de cuidado” dos usuários dependentes de drogas impõem a abstinência e o isolamento como única alternativa para o tratamento, estratégia já desconsiderada por diversos pesquisadores/as renomados do Brasil e no mundo.

É impossível pensar a política de Drogas no Brasil sem realizar uma análise sobre a conjuntura mediante as intenções do governo Michel Temer e do Governo Bolsonaro com o avanço do ultraneoliberalismo e sua instabilidade nas decisões. Um governo multável pelas ordens do capital internacional, um vira-la dos imperialistas, e um boneco fantoche “Centrão” brasileiro - grupo político conservador brasileiro, formado majoritariamente por Empresários, religiosos, militares e do agronegócio). O que impactam no avanço das análises antiproibicionista e na construção de uma política de drogas que garanta minimamente sua função.

O Instituto de pesquisa econômica aplicada - IPEA publicou em 12/05/2021⁶ o Relatório que avalia gastos diretos com política de drogas, nos últimos 15 anos, qual resulta o retrocesso das políticas públicas, o fortalecimento do combate ao crime organizado e conseqüentemente a falta de investimento público para as políticas que exercem o cuidado/tratamento em saúde aos usuários dependentes de drogas.

Sabido das estratégias deste governo na manipulação de dados, informações dicotômica e abstrusa, bem como a falta de financiamento nas pesquisas afim de garantir a estratégia do sigilo das verdadeiras informações, o site do Governo Federal (Aba ministério da Justiça e segurança pública) publicado em 08/09/2020⁷ o tema: Fundo Nacional Antidrogas bate recorde e alcança mais de R\$ 100 milhões em arrecadação, informando os resultados dos leilões realizados com os patrimônios empenhorados de sujeitos ligados ao tráfico de drogas (Carros, motos, casa e outros objetos).

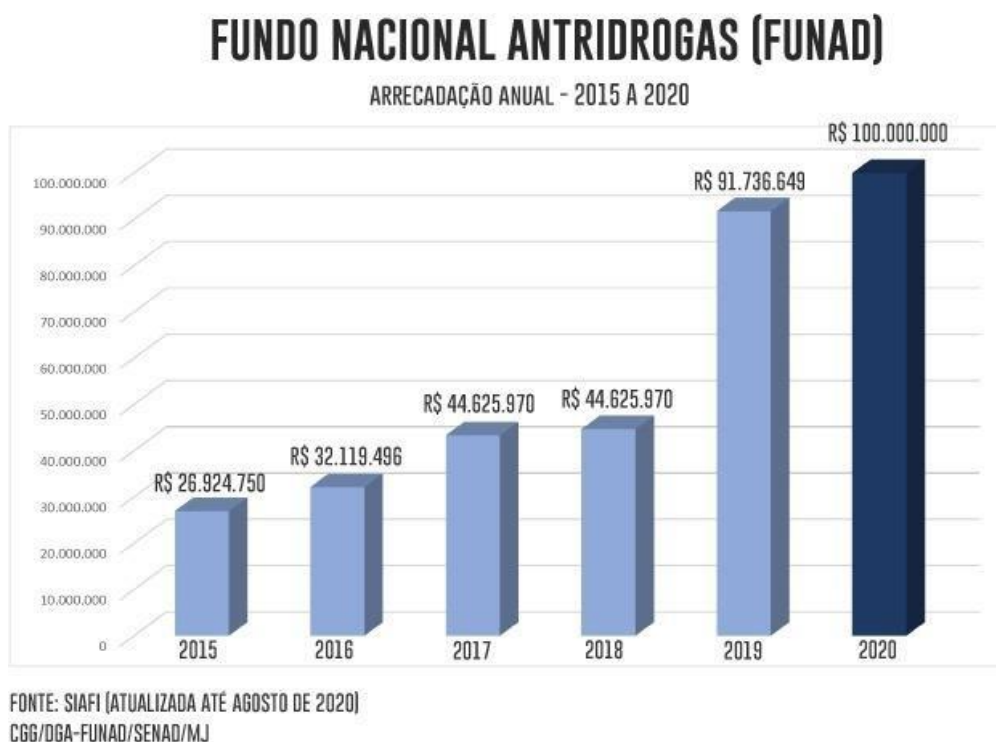
Este montante do valor arrecadado em 2020 contemplou os projetos do governo dando respostas as interpelações da base ultraconservadora, deferindo projetos de segurança pública em ordem repressora: o reaparelhamento do Instituto-

⁶ Em 2017, essas despesas atingiram valor de R\$ 1,8 bilhão. Em 2018 e 2019, porém, os gastos foram de R\$ 447 milhões e de R\$ 476 milhões. Por exemplo, em se tratando do combate à criminalidade realizado por meio da repressão às organizações criminosas e ao tráfico ilícito de drogas pela Polícia Federal. - (Portal Ipea)

⁷<https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/fundo-nacional-antidrogas-bate-recorde-e-alcanca-mais-de-r-100-milhoes-em-arrecadacao> – Acessado em 24/06/2022

Geral de Perícias do Rio Grande do Sul e da Superintendência da Polícia Técnico-Científica de São Paulo, com o discurso sobre as necessidades da melhoria de equipamentos para a execução de análises diretas de ações das organizações criminosas. A aquisição de equipamentos para auxiliar a Polícia Civil do Amazonas na identificação, rastreamento, monitoramento e interceptação de suspeitos de crimes e a expansão da capacidade operacional do Grupo Especial de Segurança de Fronteira - GEFRON da PM-Polícia Militar do Mato Grosso; além da irrisória construção da Escola Nacional de Cães de Faro na sede da Polícia Rodoviária Federal, em Brasília – (dados dispostos em gráfico do próprio site).

Gráfico 1



O site do Governo (Aba ministério da Justiça e segurança pública) também publicou em 05/01/2021⁸ a matéria: “Fundo Nacional Antidrogas fecha 2020 com

⁸ 8 De acordo com a Senad, os acordos de cooperação foram fundamentais para a viabilização do valor arrecadado. Em entrevista Luiz Roberto Beggiora menciona: “Fizemos acordo de cooperação com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para a venda dos ativos biológicos apreendidos, tais como sementes, ração e animais. Além da Conab, a secretaria fez parceria com o Conselho Federal de Administração para gerir as empresas confiscadas das organizações criminosas, com o objetivo de manter os empregos, bem como o negócio para futura venda. Também relata que “Através dessa parceria já estamos administrando várias empresas, entre elas um hotel em Orlando (Estados Unidos),

maior arrecadação em 5 anos”, com a informação sobre os R\$ 141 milhões arrecadados em vendas de 3.756 itens apreendido nas ações de investigação em 124 leilões.

O Ex presidente Jair Bolsonaro⁹ reforça o seu compromisso com o braço armado do estado deixando de construir alternativas de cuidado em saúde e prevenção, preferindo a “guerra as drogas”, visto sua publicação no twitter em 05/01/2021 ao 12h48 “Estes e outros recursos de combate ao narcotráfico estão sendo revertidos em equipamento e inteligência das Forças de Segurança do Brasil como sempre explicitados”

Podemos perceber que a estratégia utilizada pelo Estado é o fortalecimento de instituições de cunho filantrópico religioso para o cuidado com as pessoas usuárias de substância psicoativa, com apoio do Estado na regulação e de setores conservadores da base aliada do governo, que por sua vez tem declarado em pronunciamentos e em ações políticas/institucionais, visto o que o fundo público tem sido utilizado para táticas que beneficiassem as instituições repressoras e com isso a manutenção da ideologia conservadora

A fim de materializar as afirmações realizadas no item anterior, o (des)governo brasileiro de Bolsonaro estingue a política de Redução de Danos através da LEI Nº 13.840, DE 5 DE JUNHO DE 2019, enfatizando no Art 26^a “oferta de projetos terapêuticos ao usuário ou dependente de drogas que visam à abstinência” e autoriza a internação involuntária de pessoas que fazem uso abusivo de álcool e outras drogas, um ataque direto as histórias de lutas, resistência e conquistas dos movimentos sociais – principalmente o movimento da reforma psiquiátrica e de saúde mental que historicamente tem baseado suas ações nos princípios dos direitos humanos, buscando construir ações junto aos usuários de drogas se contrapondo as metodologias de internações involuntárias/compulsória tendo o Serviço Social Brasileiro como um parceiro de luta.

O avanço do conservadorismo e dos setores que defendem o punitivismo no Brasil aliados ao governo Bolsonaro e em determinado momento sobre a influência do então Ex. Ministro Sergio Moro que fundamentaram as discussões de aumento

avaliado em mais de U\$ 40 milhões, que pertencia a um condenado por lavagem de dinheiro e jogo do bicho”

⁹ Presidente eleito democraticamente - Governo ultraliberal de 2018 á 2022

do rigor da penalidade e ações que combate ao narcotráfico com a aprovação da Lei 13.886/2019 - que altera principais pontos do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), que coordena medidas relacionadas à prevenção do uso de psicoativos, à atenção à saúde de usuários e à repressão ao tráfico.

A redução de investimento na política de drogas tem se intensificado e parte do recurso atrelado às comunidades terapêuticas (espaço de acolhimento para usuários que fazem o uso abusivo de drogas), tais posturas governamentais levaram à promulgação da Lei nº 13.840, de 5 de junho de 2019 que extingue a política de Redução de Danos, enfatizando no Artigo 26 que os " projetos terapêuticos ao usuário ou dependente de drogas visam à abstinência" e autoriza a internação involuntária, conseqüentemente promove ações em locais de concentração de uso – o local de mais alvo em São Paulo é a região central denominada "cracolândia" para a interdição dos usuários com uma ação repressiva e compulsória.

A atual legislação federal [...] e a Política Nacional Sobre Drogas ainda conservam, em seus princípios e diretrizes, concepções (sobre o uso de drogas, sobre o caráter ilícito de algumas drogas e sobre o controle do Estado em face de condutas individuais) matizadas por motivações moralistas e por interesses econômicos e políticos que não são claramente explicitados. A própria dicotomia entre drogas lícitas e ilícitas revela o conteúdo falacioso e moralizante de uma dada perspectiva ideológica que serve muito mais para controlar o comportamento de determinados segmentos sociais do que, como pretende o discurso dominante, reduzir danos sociais e de saúde associados ao consumo de drogas consideradas ilegais. (CFESS, 2011, p. 1)

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) em seus últimos posicionamentos no que concerne à questão das drogas, uma vez que traz publicações que debatem a guerra às drogas, bem como questionam a atual legislação e política de drogas. Como é visto por meio de uma publicação do CFESS Manifesta¹⁰ de 2011

¹⁰ O CFESS MANIFESTA é uma das ferramentas de divulgação dos posicionamentos políticos da categoria profissional e espaço também de produção de conteúdos crítico. O conjunto de entidades que compõem a categoria do serviço social, se posicionam através de mecanismos que tem como objetivo publicizar seus posicionamentos para a sociedade civil, movimentos sociais, estudantes e profissionais.

3. O foco é no usuário e não nas drogas”: Internação compulsória como estratégia de desumanização na política de drogas

3.1 O debate na sociedade sobre internação compulsória

A “internação compulsória” não é nova como política pública. Surge no Brasil partir do Decreto Lei nº 891, de 25 de novembro de 1939 que em seu artigo 27 aponta: a toxicomania ou a intoxicação habitual, por substâncias entorpecentes, é considerada doença de notificação compulsória, em caráter reservado, à autoridade sanitária local.

A forma de execução da política não desassocia da necessidade de manter a ordem, bem como uma conduta de saúde atrelada à segurança pública, como observamos no artigo 21, parágrafo 1º e 2º:

A internação obrigatória se dará, nos casos de toxicomania por entorpecentes ou nos outros casos, quando provada a necessidade de tratamento adequado ao enfermo, ou for conveniente à ordem pública. Essa internação se verificará mediante representação da autoridade policial ou a requerimento do Ministério Público, só se tornando efetiva após decisão judicial.

§ 2º A internação obrigatória por determinação do Juiz se dará ainda nos seguintes casos: a) condenação por embriaguez habitual.

Esse decreto intensificou essa internação específica, bem como o primeiro ato normativo para a consolidação da política de drogas nos anos posteriores. Esse decreto intensificou acordos internacionais sobre o consumo de drogas no mundo, refletindo diretamente em grandes países do mundo tendo em vista que passa a criar “medidas de segurança” - sendo a internação compulsória uma dessas medidas.

As práticas judiciais sempre se consolidaram a partir de relações impostas com forte base conservadora e nesta perspectiva, a “guerra às drogas” sempre se

colocou presente sendo a lógica materializada do punitivismo, e com isso o controle proibicionista se acirra pós anos 1960, com o golpe militar no país.

O ano de 1964 é, portanto, um divisor de águas na política criminal do país, significa dizer que o modelo de política criminal passa de sanitário para bélico. A droga a partir dos anos 60 é associada aos movimentos de “subversão”, logo para os militares, tratava-se de mais uma imundície comunista. Neste sentido, pode-se verificar um novo ethos com a criação da Lei nº 4.483, de 16 de novembro de 1964, que reorganizava o Departamento Federal de Segurança Pública, estabelecendo uma nova composição na estrutura da Polícia Federal, criando o SRTE – Serviço de Repressão a Tóxicos e Entorpecentes. O chefe do Serviço de Repressão era indicado pelo diretor geral do Departamento Federal de Segurança Pública e nomeado pelo Presidente da República. O Serviço de Repressão contava com uma composição, compreendendo uma secretaria, a delegacia de entorpecentes e um arquivo (CARVALHO 15)

O debate da internação compulsória na sociedade, não é recente, porém são nos momentos de “caos, higienização, acordos políticos, e eventos específico” que aparece, isso nos mostra o quanto as substâncias psicoativas estão relacionadas ao movimento político da sociedade desde meados do século XIX.

A internação compulsória também reflete no século XXI com a promulgação da Lei¹¹ 10.216 /2001 onde se indica que a pessoa com dependência química que não quer se internar voluntariamente, iniciativas coercitivas podem ser utilizadas para a internação denominada compulsória. A Lei prevê:

a) internação voluntária: aquela que se dá com o consentimento do usuário. Podendo se tornar uma internação involuntária sendo que nesta modalidade, o usuário não poderá sair da instituição até que se tenha uma autorização por parte da família ou do Ministério Público;

b) internação involuntária: aquela que se dá sem o consentimento do usuário e a pedido de terceiro;

c) internação compulsória: aquela determinada pela Justiça – não há

¹¹ LEI Nº 10.216, DE 6 DE ABRIL DE 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental

necessidade da autorização familiar. Consolida-se no processo de análise da equipe técnica por meio de um laudo médico e o encaminha ao juiz. O juiz terá como base a análise clínica que do profissional de saúde e assim constituir laudo que dará bases para a decisão.

Estas ações, mais fortemente protagonizadas pelo Governo do Estado de São Paulo, a partir de 2013 possibilitaram um acalorado debate envolvendo estudiosos e trabalhadores da área, não se configurando em um debate homogêneo e sim permeado por diferentes concepções relativas aos direitos das pessoas que fazem uso dependente de substância psicoativa, e que outras medidas podem ser construídas para além da internação compulsória.

Percebemos questões pertinentes ao debate do crack na sociedade que mostram elementos ou justificam a internação compulsória a partir de substâncias que são chamadas de epidemia (como o crack, por exemplo). Como levante do discurso de que o “crack” atua de maneira agressiva a vida humana, bem como, o usuário incapaz de responder pelo seu próprio corpo tornando seu comportamento nocivo a sua vida e a dos outros fez com que muitas pessoas inclusive parlamentares comecem a se posicionar favorável à internação compulsória como forma midiática de resolução do processo de drogadição aos dependentes.

Segundo Loccoman (2012), a internação compulsória temporária de dependentes químicos deve acontecer segundo indicação médica após o paciente ter sido analisado por profissionais da saúde, deixando de ser analisado caso a caso e passando a ser tratado com uma política de saúde pública, o que intensifica o debate na sociedade, na qual um dos argumentos se fundamenta no aumento do uso abusivo das drogas.

Diversos especialistas como Laranjeiras (in Unifesp:2016) se dizem favoráveis à internação compulsória e ressaltam que internar de forma compulsória moradores de rua extremamente dependentes de crack é um "ato de solidariedade". Segundo Laranjeiras, a maioria das pessoas que chegam contra sua vontade em Clínicas de tratamento acaba aderindo voluntariamente ao tratamento após os primeiros dias de internação.

Segundo Loccoman (2012), o Conselho Federal de Medicina se posiciona favorável à internação compulsória, sendo que corroborou com a proposta de internação compulsória nos casos em que há risco de morte, medida já praticada

no país.

Quanto aos posicionamentos contrários, em uma nota ao prefeito do Rio de Janeiro em 2012, o Conselho Regional de Psicologia se posiciona:

viemos a público repudiar as últimas declarações do prefeito da cidade do Rio de Janeiro sobre a continuidade e expansão da política de internação compulsória, que agora, além das crianças e adolescentes em situação de rua, deverá incluir adultos. Defendemos uma política inclusiva, humanizada, não discriminatória e que garanta o direito à saúde, à liberdade, à integridade e à dignidade das pessoas em situação de rua, em uso de drogas ou não, em oposição às medidas da atual administração municipal de defesa da ordem pública travestidas por um discurso de proteção ao direito à saúde e à vida dos usuários de drogas. Somos contrários às operações de recolhimento e à utilização abusiva e indiscriminada das internações compulsórias que, ademais de tratar essas pessoas de forma massificada e expô-las a toda forma de abuso, negligência, maus tratos e violência, consomem os recursos públicos que deveriam estar sendo utilizados para financiar os serviços abertos, inclusivos, de base comunitária, investir nos recursos humanos adequados para tanto e viabilizar a construção de projetos terapêuticos individualizados que promovam a autonomia, a cidadania e a inclusão social (CRP 2012, p.1)

Está presente no debate sobre a internação compulsória, em alguns momentos, análises rasas, sem fundamentação, marcado pela moralidade do certo ou errado, compondo parte da ideia imposta na sociedade através do senso comum. Vale ressaltar a necessidade de pesquisas que consolidem e dê respostas concretas sobre o perfil do usuário desmistificando posicionamentos favoráveis à internação compulsória e a criminalização do usuário/substância descaracterizando a fundamentação argumentativa que tais ações estatais se coloca em defesa da saúde pública, e iniciativas coercitiva, prisionais e compulsória como necessária no campo do tratamento a quadros graves.

Existe na sociedade uma imaginação de que o Brasil está tomado pela droga, sendo o crack com dados alarmantes. Segundo dados do Observatório Brasileiro de informações sobre droga – OBID, (2014) 0,54% da população brasileira faz o uso regular de crack, sendo o maior índice encontrado na Região Nordeste onde a proporção chega a 1,29%. Conforme o Observatório, o que deve ser priorizado é a redução de número de usuários dependentes e com problemas decorrentes do

consumo de drogas.

Algumas agencias de pesquisas e financiadoras que fizeram levantamento referente ao uso de drogas, podemos afirmar que o Brasil vivenciou um governo autoritário (2019-2022) amparado pela ideologia conservadora e do fascismo, onde diversos dados foram retirados das plataformas de pesquisas e outros que foram sucumbidos por agentes controlados por direcionadores do governo (comum entre países não democráticos), com isso vale ressaltar que os dados são antigos, porém importante para compreender as expressões do uso de drogas no Brasil. Neste momento nos atentaremos a discutir principalmente o uso de crack, substância justificada para a internação compulsória.

O Crack como outras substâncias além de ser manipulado com facilidade, pode ser utilizado com outras substâncias visto sua possibilidade de inalação. Uma substância intergeracional, multirracial e utilizada por ambos os sexos no III Levantamento Nacional sobre o uso de drogas pela população brasileira realizado Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (*Icict/Fiocruz - 2017*) não consta dados de pessoas agênero e de Raça .

Tabela 1 - Uso de Crack com tabaco

Tipo de mistura	Pessoas (1.000)	%	IC95%	
			LI	LS
Tabaco com maconha	1.138	0,7	0,5	0,9
Tabaco com cocaína	251	0,2	0,1	0,2
Tabaco com crack, oxi, merla ou pasta base	205	0,1	0,1	0,2

Fonte: ICICT, Fiocruz. III levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira.

Nota: As prevalências (%) são relativas ao total da população da pesquisa e IC95% é o intervalo de confiança de 95% (LI - Limite Inferior e LS - Limite Superior).

Tabela 2 - Uso de Crack com maconha:

Tipo de mistura	Pessoas (1.000)	%	IC95%	
			LI	LS
Maconha com cocaína	312	0,2	0,1	0,3
Maconha com crack, oxi, merla ou pasta base	254	0,2	0,1	0,3

Fonte: ICICT, Fiocruz. III Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira

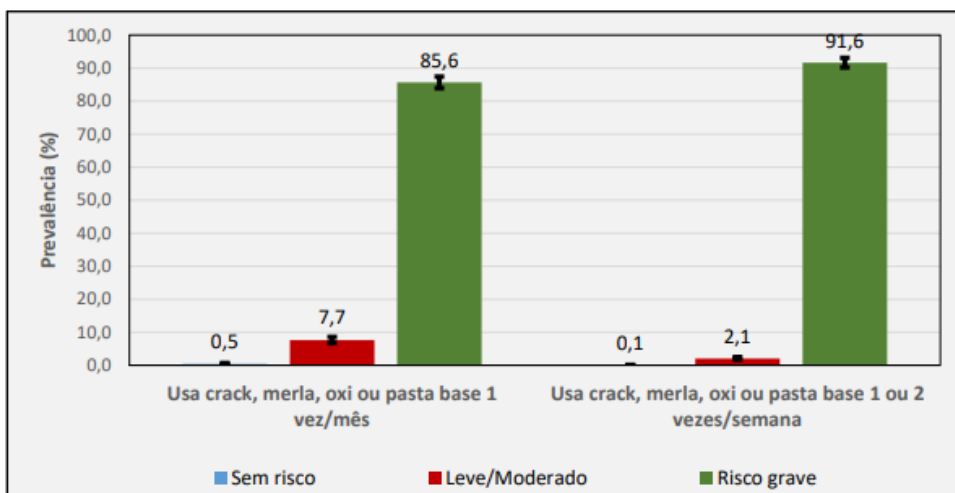
Nota: As prevalências (%) são relativas ao total da população de pesquisa, IC95% é o intervalo de confiança de 95%, LI é o seu limite inferior e LS o limite superior.

Avalia-se necessário compreender as transformações das substâncias pois a dependência ocasionada pelo uso abusivo se caracteriza um problema de saúde pública, entretanto o uso recreativo ou dependente não necessariamente se consolida através de substância “pura” e ou de uso de apenas de uma, a nomeação para sujeitos que fazem uso dependente de mais de uma substância é caracterizado como usuário de múltiplas substâncias; no campo da saúde pública tais usuários são indicados pelo CID F19 - o código para Transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de múltiplas drogas e ao uso de outras substâncias psicoativas.

Dentre as pessoas que fazem o uso de Crack, foi possível identificar um alto nível de uso que causa risco a saúde.

Gráfico 2

Porcentagem de pessoas de 12 a 65 anos por frequência de uso de crack, merla, oxi ou pasta base, segundo percepção de risco - Brasil, 2015



Fonte: ICICT, Fiocruz. III Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira.

Os dados supracitados informam em processo metodológico de aplicação e resultado desta pesquisa: Sem risco: Uso único - aquele utilizado apenas uma vez ou de forma esporádica com longo espaço de tempo; Leve/moderado: relacionado a uso entre uma e duas vezes no mês; Risco grave: uso semanal.

É notório que a gravidade do uso também está relacionada a forma como o usuário acessa a substância, forma como a substância acessa o corpo e os insumos utilizados para uso (não analisado nesta pesquisa.)

E com isso é possível analisar no gráfico, a seguir informações entre sexo, risco, e faixa etária:

Tabela 3

Número e prevalência de pessoas de 12 a 65 anos por percepção de risco do uso de crack, merla, oxi ou pasta base, segundo o risco, o sexo e a faixa etária - Brasil, 2015

Risco, sexo e faixa etária	Usar crack, merla, oxi ou pasta base uma vez por mês				Usar crack, merla, oxi ou pasta base uma ou duas vezes por semana			
	Pessoas (1.000)	%	IC95%		Pessoas (1.000)	%	IC95%	
			LI	LS			LI	LS
Sem risco	705	0,5	0,2	0,7	131	0,1	0,0	0,1
Homens	442	0,6	0,3	0,9	73	0,1	0,0	0,2
Mulheres	262	0,3	0,2	0,5	58	0,1	0,0	0,1
12 a 17 anos	112	0,6	0,0	1,1	0	0,0	0,0	0,0
18 a 24 anos	56	0,3	0,0	0,5	37	0,2	0,0	0,4
25 a 34 anos	126	0,4	0,1	0,7	25	0,1	0,0	0,2
35 a 44 anos	236	0,8	0,1	1,4	17	0,1	0,0	0,2
45 a 54 anos	66	0,3	0,0	0,5	25	0,1	0,0	0,2
55 a 65 anos	109	0,5	0,0	1,0	26	0,1	0,0	0,3
Risco grave	131.109	85,6	83,9	87,4	140.290	91,6	90,2	93,1
Homens	63.167	85,2	82,9	87,4	67.894	91,5	89,8	93,3
Mulheres	67.942	86,1	84,5	87,7	72.396	91,7	90,3	93,2
12 a 17 anos	16.444	81,1	76,2	86,0	18.184	89,7	85,5	93,8
18 a 24 anos	19.361	86,7	84,6	88,8	20.806	93,2	91,6	94,8
25 a 34 anos	27.499	86,9	85,2	88,6	29.575	93,5	92,2	94,8
35 a 44 anos	26.112	85,9	83,8	88,0	28.051	92,3	90,6	93,9
45 a 54 anos	22.865	86,4	84,2	88,6	24.023	90,8	89,1	92,4
55 a 65 anos	18.829	85,7	83,3	88,0	19.651	89,4	87,4	91,4

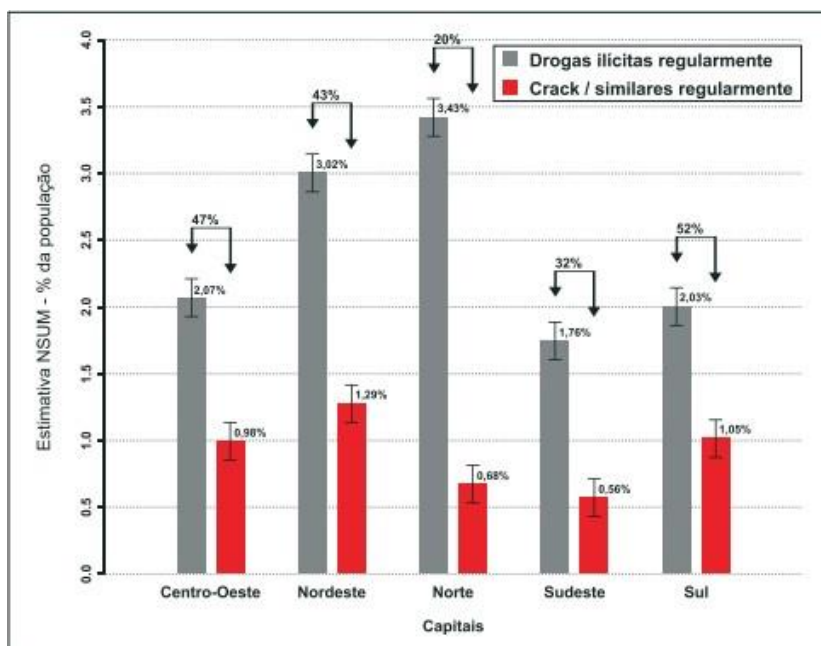
Fonte ICICT, Fiocruz. III levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira.

Nota: As prevalências (%) são relativas ao total da população de pesquisa, IC95% é o intervalo de confiança de 95%, LS é o seu limite inferior e LS o limite superior.

Na pesquisa nacional sobre o uso de crack “quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? quantos são nas capitais brasileiras, realizada pelo Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict/Fiocruz – 2014) foi possível compreender elementos diferentes e importante para uma análise do perfil de usuário de substância psicoativas.

O consumo de crack e/ou similares - somando todas as capitais e o Distrito Federal – atinge a 0,81% da população dessas cidades, o que representaria cerca de 370 mil usuários Estimativas (em percentual) do uso regular nos últimos 6 meses de drogas ilícitas (exceto maconha) e de “crack e/ou similares” nas capitais do Brasil, por macrorregião.

Gráfico 3 – Uso de Drogas ilícitas por território.

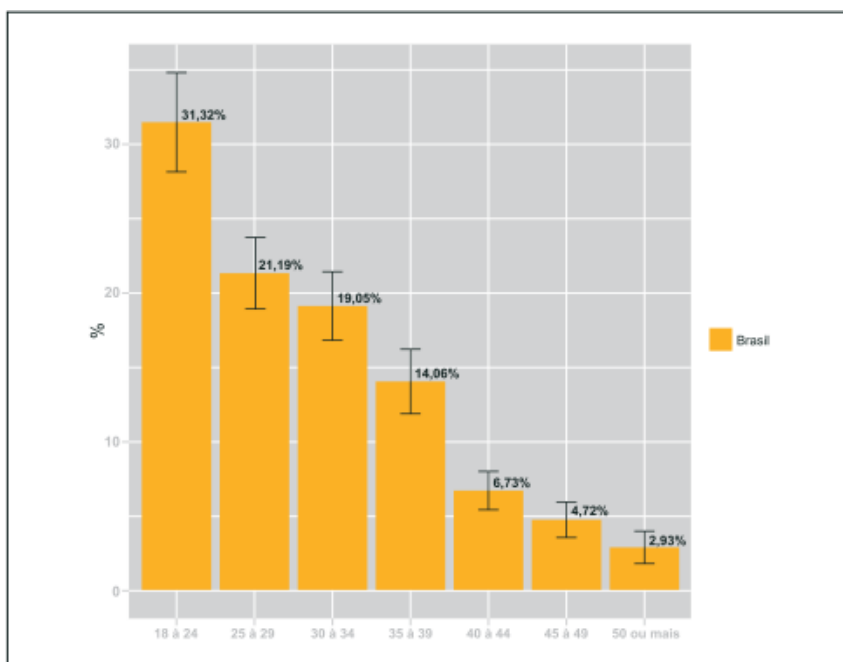


Fonte: Fonte: ICICT, Fiocruz. III levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira.

Quando fazemos análise percebe-se que não foi considerada, para efeitos estatísticos, o consumo de maconha, pois o seu consumo tem pequena ou nenhuma associação com a infecção por doenças de transmissão sexual e/ou sanguínea, conforme a orientação contida no documento intitulado CODAR – Consumidores de Drogas de Alto Risco, emitido pela OPAS – Organização Panamericana de Saúde - os estudo de tais informações revelam que o uso por região, embora a percepção geral seja a de que na região sudeste, especificamente no Rio de Janeiro e em São Paulo, o consumo do crack seja maior, a realidade mostra que as regiões nordeste e sul, respectivamente com 1,29% e 1,05%, têm a maior proporção de consumo da droga, enquanto o menor consumo é justamente na região sudeste, com 0,56%;

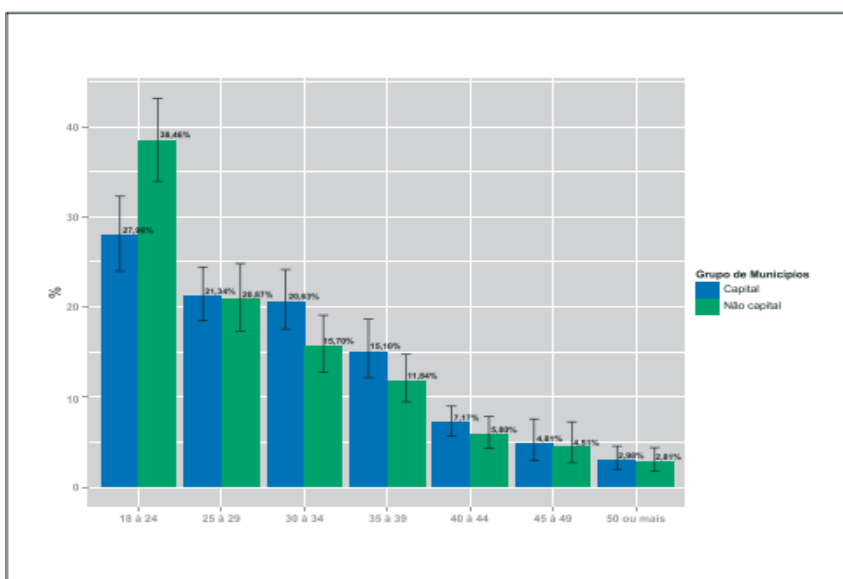
Com isso podemos afirmar que as práticas do senso comum, a discriminação, a gentrificação e a ideologia racista, bem como a ausência de políticas públicas fortalecem o discurso da internação compulsória na região central de São Paulo.

Gráfico 4 - Uso de Drogas ilícitas por idade:



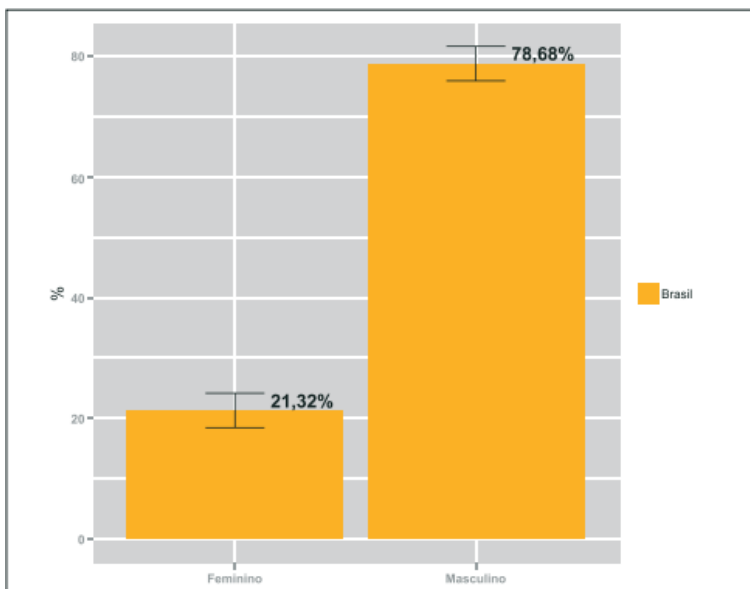
Fonte: ICICT, Fiocruz. III levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira.

Gráfico 5 : Uso de Drogas ilícitas por idade e região (Capital e região metropolitana – interior.)



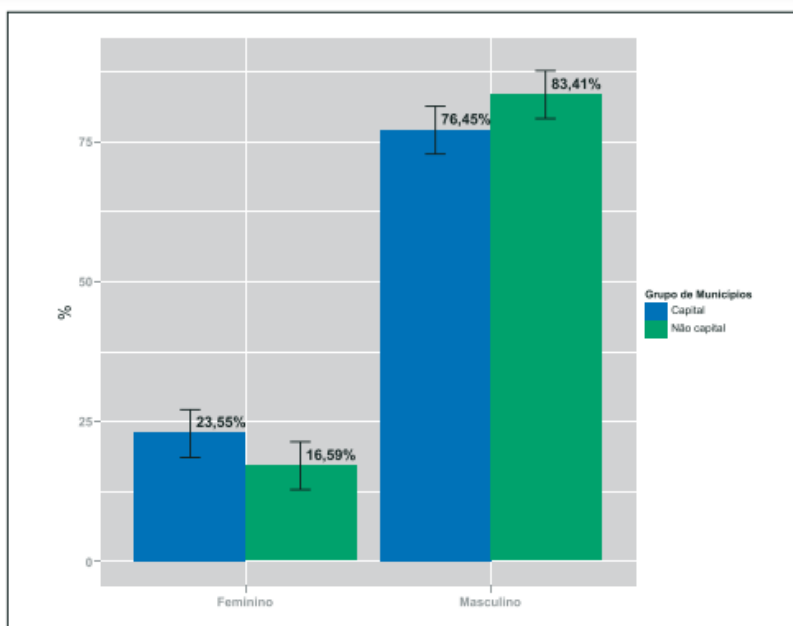
Fonte: Fonte: ICICT, Fiocruz. III levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira.

Gráfico 6: Uso de Drogas ilícitas Por sexo (Fazer análise comparativa com a outra pesquisa)



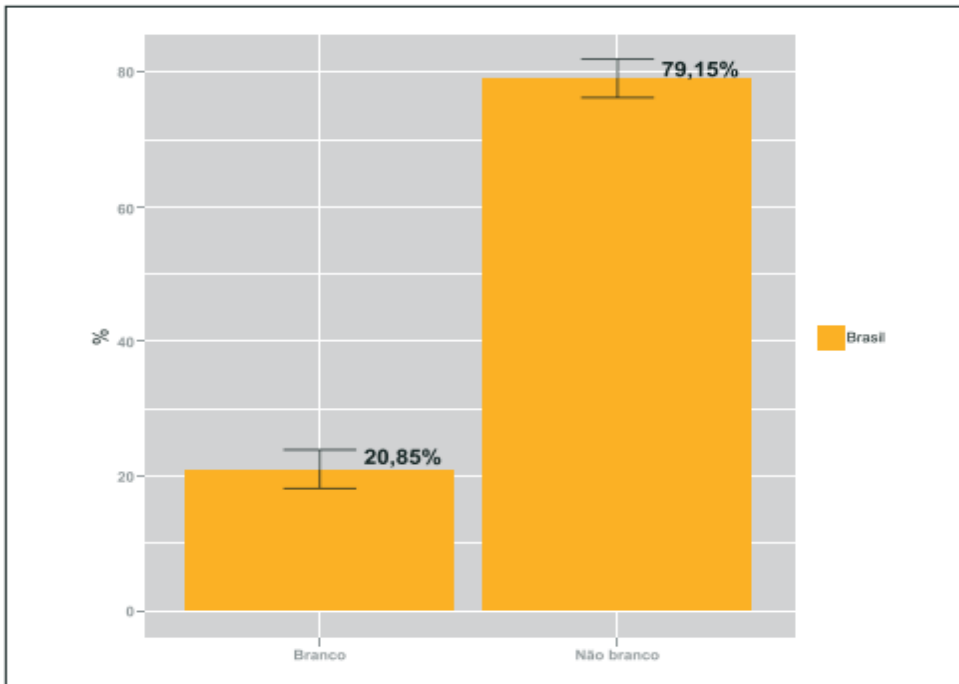
Fonte: ICICT, Fiocruz. III levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira.

Gráfico 7 Uso de Drogas ilícitas Por sexo e regiões



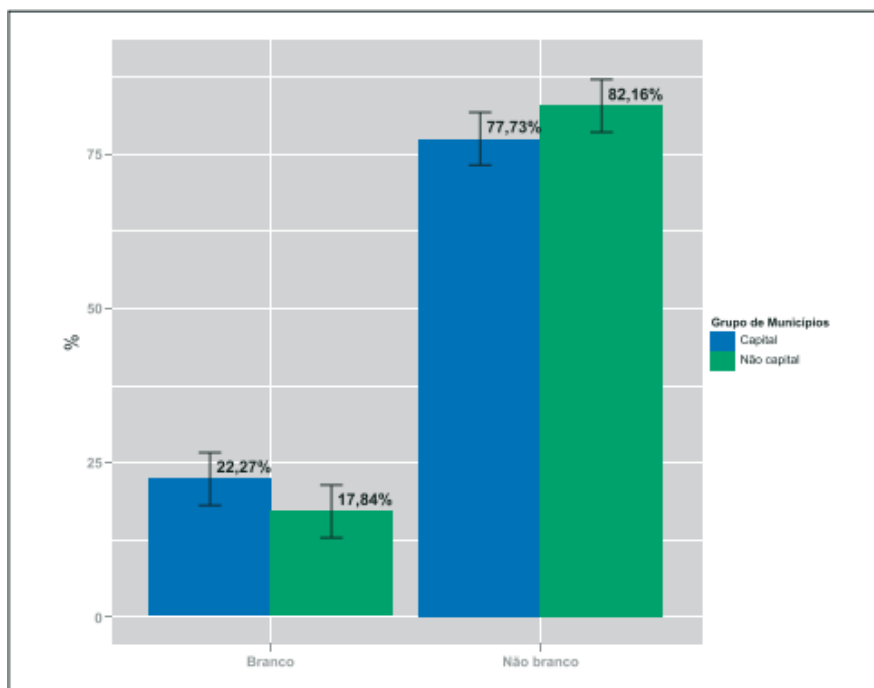
Fonte: ICICT, Fiocruz. III levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira.

GRAFICO 8 Uso de Drogas ilícitas por raça



Fonte: ICICT, Fiocruz. III levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira.

GRAFICO 9 Uso de Drogas ilícitas por raça e região.



Fonte: ICICT, Fiocruz. III levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira.

Ao compreender a análises dos dados, podemos perceber que os “homens não brancos” é a maior proporção no uso abusivo e dependente de Crack, entretanto esta análise sem compreender os processos históricos do homem e da questão racial no Brasil, é reduzir os parâmetros estruturais e materiais que consolidam as expressões da questão social na vida de homens negros, o adoecimento precoce e mental, as “fugas” das violências inerente a vida, e a ausência de atenção especial e integral de espaços/instituições que garanta a equidade do atendimento/acolhimento as pessoas “ditos não brancas”.

Em um país onde sua gênese se consolida através da exploração dos corpos, da escravidão, assassinatos e desaparecimentos só pode ser constituída através da racialização como dito no capítulo anterior. Neste caso ao analisar tais pesquisas e ao fazer análise racial das informações é possível compreender a afirmação de Marcia Eurico (2020).

“Se os conceitos são construções históricas e carregam em si as marcas das sociedades que os criam e alimentaram, no que se refere as relações raciais, essas premissas não são diferente. Análise das principais

biografias sobre relações raciais no Brasil revelam uma diversidade de conceito, que ora reforçam o posicionamento político na direção de combate ao racismo, do preconceito e da discriminação étnico-racial, ora podem fortalecer o discurso dominante na perspectiva da manutenção do status quo” (grifo da autora) (Eurico 2020, pag.67).

É necessário realizar uma análise crítica a esta forma de coleta de dados, para não se consolidar um pensamento dubio do processo de pesquisa, apreciação e resultados. A expressão “não branco” representa um “não lugar” pois os homens negros são carregados de atributos dentro da mesma classe, como elucida Deivison sua obra: “O pênis sem o falo: algumas reflexões sobre homens negros, masculinidades e racismo”

“Nas sociedades de classe multirraciais e racistas como o Brasil a raça exerce funções simbólicas (valorizativa e estratificadoras). A categoria racial possibilita a distribuição dos indivíduos em diferentes posições na estrutura de classe. Em uma sociedade racista, o homem negro traz a escravidão impressa em seu corpo e com ela os diversos atributos associados aos criados supermasculinos. O negro mesmo que não saiba disso mesmo que tente buscar outras significações e corporeidades, será visto e terá que de uma forma ou de outra dialogar com estas expectativas” (FAUSTINO 75)

Sabido que nos resultados proposto pela pesquisa ainda que haja a explicação sobre a forma como a análise foi construída:” Na população geral, segundo o Censo 2022 (IBGE), Os negros e pardos correspondem a aproximadamente 56% da população brasileira, e como podemos visualizar a “olho nú” é a predominância em contextos de vulnerabilidade social, como observado nas cenas de crack.” E reitera: “uma vez que a presença de brasileiros de ascendência asiática e de indígenas no conjunto da amostra é ínfima” (P.50), ainda que justifique a forma de análise, não garante respostas que contribua na reflexão da proposta da ideologia antiproibicionista e da redução de danos, onde o “foco é no usuário e não na substância” o princípio essencial contra a guerra as drogas e as ações punitivista proposta pelo estado.

O debate no interior das relações entre os movimento sociais que atuam no controle social, e dos profissionais críticos estudiosos da política contribuíram no avança e na implementação das políticas públicas que fortaleçam a equidade social. Diversos profissionais do Serviço Social foram atuantes na formulação das políticas,

principalmente no campo da saúde pública, na construção de formação antirracista nas equipes multidisciplinares e em suas atuações nas conferências o que garantiu conquistas significantes para um novo olhar as pessoas e a execução da política: Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (2009); Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (2002); Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD – 2006; Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD - 2008) Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (2011); Política Nacional de Atenção integral a Saúde da Mulher (2004) Resolução 466 do Conselho Nacional de Saúde (2012) - -

“A coleta do quesito raça/cor/etnia é essencial na elaboração de políticas públicas em uma perspectiva antirracista, pois, para além de um indicador, a coleta faz emergir as nuances do silenciamento da desigualdade étnico-racial e da vinculação direta entre acumulação capitalista e racismo. O racismo, enquanto uma construção sócio-histórica, permite que a estrutura de dominação e opressão erigida pelo modo de produção capitalista permaneça intacta (...) Dito isso, parte-se da assertiva de que a coleta do dado de raça/cor/etnia tem o mesmo nível de importância que todos os outros dados pessoais (idade, sexo, nível de escolaridade) presentes nos formulários/sistemas/pesquisas e que são perguntados no momento da acolhida, da matrícula no serviço, na elaboração do plano de atendimento individual, na entrevista, na coleta das informações para a pesquisa” (CFESS 2022, p 5).

Partindo do pressuposto de que a coleta de dados é essencial para a formulação de política pública, vale reiterar que nós assistentes sociais no cotidiano da prática profissional, nos espaços sócio-ocupacionais, trabalhamos com documentos e legislações que apontam essa necessidade visando a ampliação do conceito de diversidade, relações raciais e de gênero, seja na consolidação do exercício profissional seja na produção do conhecimento. Rompendo com a lógica binária de análise de sujeitos atendidos pelas políticas públicas, combatendo a desigualdade social, equidade no atendimento.

No item a seguir compreenderemos como se apresenta o debate sobre as drogas na categoria profissional de assistente sociais e a influência da ideologia antiproibicionista na articulação profissional.

3.2 O debate sobre a internação compulsória na categoria profissional de assistentes sociais

O debate da internação compulsória é recente na categoria profissional, bem como a atuação do assistente social com a internação compulsória e involuntária. Partimos desse pressuposto para garantir neste momento, um debate que faça uma análise da atual política de combate às drogas em consonância com o projeto ético político da profissão, amparados pelo Código de Ética Profissional (1993).

Na categoria profissional esse debate vem causando polêmica, toda vez que é colocado em discussão em seus espaços políticos e ou sócio-ocupacional.

Vivemos em uma sociedade capitalista, amparada pelos interesses burgueses, fundamentada nas desigualdades sociais através das expressões da questão social e das opressões; uma sociabilidade conservadora, moralista e culpabilizadora. Partimos do pressuposto que segundo (BRITES, 2013) proibir e trancar não resolve o problema.

O conjunto Conselho Federal de Serviço Social/ Conselhos Regionais de Serviço Social - CFESS/CRESS, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em

Serviço Social - ABEPSS e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social - ENESSO são entidades representativas da categoria que construíram, nos últimos anos, a unidade nos encaminhamentos políticos sobre as questões afetas à profissão.

Essas entidades se posicionam de forma contrária a tudo que vete o direito dos trabalhadores bem como o direito à liberdade e os direitos humanos. Posicionamentos consolidados pela trajetória do Serviço Social brasileiro, seu acúmulo teórico mediante a teoria social crítica aplicada e as lutas forjadas em defesa da classe trabalhadora. O conjunto de entidades que compõem a categoria do serviço social, se posicionam através de mecanismos que tem como objetivo publicizar seus posicionamentos para a sociedade civil, movimentos sociais, estudantes e profissionais.

A gestão do CFESS, no período 2011-2014, publicou o CFESS Manifesta, intitulado: “No mundo de desigualdades, toda violação de direito é uma violência”. Neste documento, a direção ético-política é reafirmada, conforme destacamos,

“Acreditamos que enfrentar as formas combinadas de exploração e opressão no cotidiano profissional se impõe como uma tarefa do tempo presente, para garantir maior qualidade dos serviços prestados à população usuária. Porque acreditamos que, sem movimento das forças de esquerda, que lutam pela emancipação humana, não há liberdade! Sem solidariedade de classe não há liberdade. Sem indignação não há liberdade! Sem respeito à diversidade humana não há liberdade. Sem o movimento da categoria dos/ as assistentes sociais pela garantia de trabalho com dignidade, educação presencial, laica, de qualidade e saúde humanizada, não há liberdade. E mais: sem o movimento da categoria para combater, cotidianamente, preconceitos e discriminações no cotidiano profissional, não há liberdade. (CFESS, 2011)

O conceito de liberdade construído historicamente a partir dos acúmulos teóricos dá direção para a construção de posicionamentos importantes na ótica dos direitos e na liberdade como valor ético central.

A liberdade que defendemos não é na perspectiva liberal que se conforma com o jurídico formal e, portanto, não acontece concretamente na vida do ser social, como garantidora da sua autonomia e autodeterminação. Numa perspectiva emancipatória, a liberdade que assumimos, como gestão Tempo de Luta e Resistência, comparece como valor ético central defendido pelo projeto ético-político profissional e se contrapõe à lógica do capital. Compreendemos que somente em movimento coletivo e crítico à sociabilidade capitalista é que os sujeitos que lutam no campo da esquerda podem construir alternativas históricas de liberdade. (CFESS, 2014, pag. 167)

Esse posicionamento mostra que o serviço Social brasileiro não acredita na liberdade construída na sociedade liberal, mas fazemos a luta e defesa dos direitos humanos partindo desse acúmulo do conceito de liberdade historicamente construído na categoria.

Segundo BARROCO (2005, pág. 62)

“A defesa dos direitos humanos (DH) é uma das prescrições constitutiva dos princípios fundamentais do Código de Ética (CE) de 1993. A compreensão do Significado dos DH no interior do CE supõe a mesma lógica adotada em relação aos valores, isto é, demanda a sua relação com a concepção ética e a direção social do CE. Isso remete a compreensão histórica dos DH e à necessidade de entender os limites e possibilidades na sociedade capitalista (...). Nesse sentido, as reivindicações por DH revelam seu significado na sociedade burguesa: Sua existência só tem sentido em face de condições sociais nas quais os direitos não são assegurados por outros meios. Em outras palavras, as lutas por DH evidenciam a sua Ausência e a esfera do direito, como parte constitutiva

do modo de produção capitalista.”

A internação compulsória como vimos, é uma medida prevista em lei e que, dentre seus objetivos, está o do cuidado com a saúde dos usuários dependentes de substâncias psicoativas (uso abusivo). Porém, acreditamos que a internação compulsória passa por violação do direito à liberdade, enquanto capacidade de escolha dos sujeitos. Acreditamos que somente profissionais que compõem a equipe multidisciplinar na área da saúde têm condições de indicar o melhor tratamento, e não ações embasadas em medidas judiciais. Entendemos que não será por meio do Judiciário que essa questão, que se trata de inicialmente na saúde pública, porém, a questão das drogas é transversal e deve ser tratada de forma interseccional, visando a equidade. As drogas é transversal e pode ser resolvida!

A redução de danos é uma medida que deve ser aprofundada e pesquisada para entender formas de tratamento e alternativas para os dependentes de substâncias psicoativas, para consolidar formas mais humanas de tratamento e fortalecimento de vínculos familiares e comunitário.

Segundo os Anais do 41º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS em Palmas (TO) foi deliberado mediante aprovação em assembleia no Eixo de Ética e Direitos Humanos, a importância de fomentar o debate sobre a questão das drogas, bem como o posicionamento contrário a internação compulsória e a importância da ampliação da política de redução de danos. Dentre as deliberações, ressalta-se,

Promover o debate sobre a descriminalização e legalização do uso de drogas, bem como da política de redução de danos;

Reafirmar posicionamento contrário à internação e ao abrigo involuntário e compulsório, reforçando a luta dos movimentos sociais em defesa dos direitos humanos, intensificando o debate sobre diferentes formas de tratamento involuntário; garantir e dar visibilidade aos debates do Conjunto CFESS/CRESS, afirmando a posição contrária à privação de liberdade de crianças e adolescentes envolvidos com uso/abuso de álcool e outras drogas, com destaque para internação compulsória, reforçando a luta dos movimentos sociais em defesa dos direitos humanos.

Com esse indicativo, a categoria profissional de assistentes sociais, por meio de suas entidades têm construído importantes posicionamentos, contrários a essa medida e dentre possibilidades, aponta a política da redução de danos.

4. Novos movimentos sociais: uma “brisa¹²” que flerta entre identidade e classe social

4.1 Novos Movimentos sociais e movimento antiproibicionista

Este capítulo tende a ser uma conversa, uma prosa, um elemento didático com arcaboço teórico crítico, que em sua complexidade, busca dar introdução para compreender os chamados novos movimentos sociais e com isso, aproximar-se a discussão dos movimentos antiproibicionista. Para isso meus caros, é importante situar essa história, porque como consegue perceber no conjunto dessa dissertação a história é um elemento importante e parafraseando o vovô Marx: “A história é o motor do homem” ou “o homem é o motor da história”, enfim ambos se casam muito bem para esse nosso momento de “brisa”!

O debate teórico sobre os chamados “novos movimentos sociais” é uma parte da sociologia e dos estudos de movimentos sociais, importante para teoria social e política, desenvolvida principalmente nas décadas de 1960 e 1970. Esses movimentos são frequentemente caracterizados por sua natureza descentralizada, orientados pelas bases e pela ênfase em questões relacionadas a identidade, liberdade dos corpos, culturais e sociais, em contraste com os movimentos mais tradicionais focados principalmente em questões econômicas e de classe, uma dicotomia que acontece com a dinâmica da sociedade.

Os chamados novos movimentos sociais também é um conceito que estabelece análises críticas, emancipatórias e conservadoras, também é uma análise política que tem causado impactos nas articulações de diversas organizações e enfraquecimento de conceitos e teorias importante para compreender a formação social, econômica, cultural da sociedade brasileira no bojo do capitalismo

Diante mão, quero apresentá-los que esta dissertação se consolida nos

¹² Brisa é uma “gíria/dialeto” para informar a sensação de bem-estar mediante ao uso de substância psicoativa, neste caso – Maconha.

direcionamentos marxistas por compreender que esta é hoje a teoria mais importante para análise do capitalismo, indivíduo, sociedade, processo de acumulação de capital, trabalho, entre outros conceitos importante para compreensão do nós no interior do sistema de produção desta ordem social econômica vigente.

As transformações do mundo do trabalho, como bem nos elucida Ricardo Antunes (2015) em sua obra “Adeus ao mundo do trabalho”, logo no capítulo II, em “as Metamorfose do mundo do trabalho”, resumidamente nos é apresentado as concepções de trabalho, inserção da mulher no processo produtivo industrial, desemprego, classe operaria, terceirização entre outros conceito e realidades históricas. E por que tais informações são importantes? Pois, na esfera do mundo do trabalho, os indivíduos se organizavam de diferentes formas mediante as classes, as relações sociais e as formas de trabalho.

Poderíamos aqui relatar as revoltas dos trabalhadores em diversos momentos da história, desde a revolução industrial até a greve geral de 2019 no Brasil, independentemente, de qualquer rebelião de trabalhadores o que unifica tais ações sempre foram as formas de exploração do trabalho, a luta por direitos para toda classe e a defesa da “liberdade” profissional, perceba:

“No universo do mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo, uma múltipla processualidade: de um lado verificou-se uma desproletarização do trabalho industrial, fabril, nos países de capitalismo avançado, com maior ou menor repercussão em áreas industrializadas do terceiro mundo” (ANTUNES 61)

Logo, “A segmentação da classe trabalhadora se intensificou de tal modo que é possível indicar que, no centro do processo produtivo encontra-se os grupos de trabalhadores” (iden, 74).

“A periferia da força de trabalho compreende dois grupos diferenciados o primeiro consiste em “empregados em tempo integral com habilidade facilmente disponíveis no mercado de trabalho, como pessoal do setor financeiro, secretarias, pessoal das áreas de trabalho rotineiro e de trabalho manual menos especializado” (...)“ O segundo grupo situado na periferia oferece uma flexibilidade numérica ainda maior e inclui empregados casuais, pessoal com contrato por tempo

indeterminado , temporário, subcontratação e treinados com subsídios políticos, tendo ainda menos segurança de emprego do que o primeiro grupo periférico” (ANTUNES 74)

Inicialmente para que possamos avançar no objetivo central desse capítulo, vale ressaltar que nesta brisa, não podemos deixar de elucidar a relação do indivíduo e a sociedade nesta onda de compreender os chamados Novos movimentos sociais identidade e classe social.

Para Marx: “importa, acima de tudo, evitar que a “sociedade se considere novamente como uma abstração em confronto com o indivíduo. O indivíduo é o ser social. A manifestação da sua vida - mesmo quando não surge diretamente na forma de uma manifestação comunitária, realizada conjuntamente com outros homens – constitui, pois, uma expressão e uma confirmação da vida social (Marx 1993, p.37)

Para Iasi (76) “A unidade dialética entre indivíduo e sociedade faz com que estas dimensões do ser social sejam, ao mesmo tempo iguais e diversas” completa seu pensamento reforçando a concepção de Marx “A vida individual e a vida genérica do homem não são diferentes, por muito que - e isto é necessário - o modo de existência da vida individual seja um modo mais específico ou mais geral da vida genérica”. Por mais que a vida genérica constitua em uma vida individual mais específica ou mais geral se constitui um sujeito em uma sociabilidade.

Diante dessa introdução e para nos auxiliar na compreensão sobre os conceitos novos movimentos sociais, Identidade e classe social utilizaremos a obra

“Estado, Classe Social e Movimento social (Biblioteca básica do Serviço Social) – Carlos Montañó e Maria Lucia Durigetto utilizaremos e uma palestra do mesmo autor publicado em seu referido em seu canal em 19/07/2021, no youtube, referente sua participação no Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo da Universidade Federal Fluminense (NIEP- Marx/UFF) atividade realizada na pandemia com o tema: Identidade e Classe sociais.

A tese central do trabalho de Carlos Montañó é fugir dos dois lugares comuns: rejeição da identidade como secundária e renúncia à luta de classes.

A tese propõe articular as dimensões da identidade e da luta de classes nas lutas emancipatórias, utilizamos um vídeo¹³ aula para contribuir neste processo de acúmulo teórico.

"A nossa tese Central parte de fugir dos dois lugares comuns por um lado ou a rejeição da identidade como secundária como não importante ou como pequeno-burguesa ou por outro lado o outro lugar comum renunciar à luta de classes a questão de classe e concebê-la como mais uma identidade não se trata na verdade contrapor como alternativas classe ou identidade combate contra exploração ou contra opressão luta de classes ou lutas sociais trata-se sim na verdade de articular ambas as dimensões da realidade e das lutas emancipatórias (Video 0:37)

Esta realidade teórica apresentada, nos faz compreender que a identidade nos exige afirmar enquanto uma categoria de análise teórica e política, visto as formas como os chamados novos movimentos sociais interagem em seus exercícios de atuações e organização.

A identidade como aspectos das relações sociais contemporânea, expressa severamente uma realidade objetiva – material – cultural- socio-territorial, quanto uma realidade subjetiva do indivíduo, ela transcende entre o sujeito- objeto, sujeito-sujeito, e sociedade e sujeito.

Para elucidar e exemplificar poderíamos aqui falar sobre um “maconheiro” ou usuário de Cannabis como preferir.

- Sujeito – Objeto: O Maconheiro e suas relações com a planta e ou substância, seja no aspecto sujeito e sua ligação espiritual ou seu uso medicinal (Sua condição real e sua autorepresentação).
- Sujeito -Sujeito: O Maconheiro e os pesquisadores de cannabis formam um bom casal nesta exemplificação: podemos compreender sujeito-sujeito as relações objetivas que a cannabis e ou o maconheiro possui/ contribui para o fortalecimento da identidade individual, pesquisas científicas, organização política, comércio de insumos para utilização - mercadoria cannabis. A construção da identidade grupal e coletiva a partir de algo em comum
- E por fim Sociedade e Sujeito – A forma como a Sociedade culturalmente,

¹³ Video aula disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6sT0piy5VAs&t=1155s> acessado em 18/09/2023

politicamente e economicamente, diante as vastas formas de convivência sociais se relacionam com a cannabis e ou com o maconheiro, a forma como esse usuário tem acesso a determinada planta e ou substância - identidade socialmente atribuída.

Perceba:

"A análise da identidade nos exige considerá-la como na sua origem como categoria teórica e política" (1:46), Montañó cita Bauman para dialogar acerca da identidade certamente na condição de crítica, mediante a uma análise pós moderna "A identidade é líquida, flexível e variável, e ela é múltipla, ou seja, não se trata de uma identidade rígida e mutável e única como em sociedades anteriores (3:33).

O que identificamos como um grave problema, uma vez, que entendemos os aspectos da totalidade em divergência com a citação acima mencionada. É necessário compreender os aspectos materiais que condicionam as nossas relações sociais e humanas, proporções que impactam inclusive na construção de uma identidade sólida, amparados a construção coletiva, e de carácter emancipatório. Sendo assim:

"Essa categoria identidade, ela pode expressar tanto uma realidade objetiva - tendo uma dimensão objetiva, quanto uma realidade subjetiva, a auto-representação e autoimagem. E ela pode, a identidade, se compor de uma articulação destas duas representações, destas duas dimensões: a objetiva, própria da realidade, a subjetiva própria realidade da auto-representação. e a também na identidade como vários autores afirmam, um carácter estrutural atribuído às relações de opressão." (6:04)

Bom, precisamos avançar e compreender as teorias que fundamentam os "Chamados novos movimentos sociais", mediante esta introdução sobre ideologia.

Siga firme, prometemos contribuir com uma breve introdução aos movimentos sociais.

4.2 Teoria dos novos movimentos sociais: Entre fraturas e feitura

Esta teoria, desenvolvida principalmente por autores Alain Touraine e Tilman Evers, como menciona Montaña (2014) “é constituída entre os anos 60 e 80 fundadas por pensadores europeus que argumenta que os novos movimentos sociais” se diferenciam dos movimentos sociais tradicionais, como os movimentos operários, pela sua ênfase na identidade, na cultura e na política do reconhecimento. Seduzidos pelo conhecido maio francês. Com base nesses autores ambos não marxistas, abarcar: “nessa perspectiva, entende-se como “novos movimentos sociais” a sua constituição heterogênea composta por identidade diversas, seu caráter não classista e a sua luta que não visa transformação social, mas mudanças pontuais” (Montaña pag. 310). Dando ênfase para as teorias acionistas produzidas por tais autores.

Este universo dos movimentos sociais é possível compreender a partir desta perspectiva acionista, e com isso outras análises foram se acumulando, de forma didática Montaña situa mais duas perspectivas a chamada “esquerda pós moderna”, e o segmento Marxista: perceba

“A chamada esquerda pós-moderna, integra por seguimentos que, inspirados claramente nas teorias acionistas negavam a herança tanto das bases teóricas do marxismo - divisão da sociedade em classe; luta política revolucionária - quanto a vitalidade das organizações clássicas (partidos e sindicatos), considerando- as superadas frente às demandas dos novos movimentos sociais, agora fundamentalmente ao circunscritas ao universo da cultura e da reprodução social (...) Um terceiro grupo composto por segmentos marxistas e comunistas que se deslocavam da dogmática stalinista e se preocupavam em incorporar as demandas dos novos movimentos sociais nas lutas de classe e na forma de organização clássica herdada do marxismo e do leninismo: partido e sindicato. Ou seja, tratava-se de incorporar às lutas dos novos movimentos sociais - lutas que se desenvolve fora do mundo da produção - as lutas políticas revolucionária. O desafio para esse segmento era assim adequar as organizações clássicas dos trabalhadores e a estratégia revolucionária a essa nova conjuntura das lutas sociais. É com essa preocupação que emerge, por exemplo, o debate acerca da via democrática o socialismo. (MONTAÑO e DURIGUETTO 317)

Bom, agora partiremos para conhecer as “fraturas e feituraas” – entendemos fraturas os impactos tendenciosos, sem solidificação teórica; impactos tecnológicos, retrocessos sociais ou qualquer expressão que se distancie do método contido na teoria social crítica. Assim traduziremos feituraas os avanços sociais, as ferramentas tecnológicas, de organização política e valores emancipatórios, através de ferramentas e instrumentos que os chamados novos movimentos sociais no contexto urbano, tem contribuído, passado ou realizado no interior de suas intervenções, consolidação.

Identidade, Reconhecimento e interseccionalidade: Os novos movimentos sociais muitas vezes têm um foco forte na construção coletivas, como identidades de gênero, sexuais, raciais, ambientais ou culturais. Eles buscam o reconhecimento dessas identidades e a transformação das normas sociais em torno delas.

Fraturas: Tais fraturas ocorrem por falta de articulação e identidade de tais movimentos sociais, a ausência de um radicalismo, de teorias que fortalecem a relação do ser social nos campos de luta visando a transformação e emancipação política/humana. Perceba:

Para Touraine “Os novos movimentos sociais não são portadores ou força de transformação social. Dirigem suas ações visando questionar e mudar as orientações culturais da sociedade e não, por exemplo, o Estado ou o mercado. Segundo o autor, na sociedade industrial o centro do conflito era a esfera produtiva, o antagonismo entre capital/trabalho. Já na sociedade contemporâneas, que ele denomina “pós industrial” ou programada” (Touraine,1970), a dinâmica não estaria mais centrada em empregadores e assalariados, mas nas dimensões culturais e simbólica nas relações sociais. (MONTAÑO e DURIGUETTO 312)

Feituraas: ANTUNES ao afirmar que “outras modalidades de luta social (como a ecológica, a feminista, a dos negros, dos homossexuais, dos jovens etc.) são, como o mundo contemporâneo tem mostrado em abundância, de grande significado, na busca de uma individualidade e de uma sociabilidade dotada de sentido. Tais representações tem impactado todas as relações de construção política, seja no campo progressista ou conservador, essas

“questões específicas da classe e a individualidade do ser social contida nessa sociabilidade, ocorre de forma a demonstrar a importância da diversidade e do fortalecimento da identidade intrínseca a qualquer luta”. (ANTUNES, p. 86 1997)

Relação com o Estado/Instituições: Os novos movimentos sociais muitas vezes adotam estratégias diferentes em relação ao Estado e às instituições políticas. Alguns buscam mudanças dentro do sistema político existente, enquanto outros adotam uma postura mais radical e anti-institucional. Os movimentos antiproibicionista muitas vezes empregam táticas de protesto de ações coletivas como: protestos de rua, ocupações simbólicas, ativismo online, manual de articulação e outras formas criativas – características dos novos movimentos sociais e com isso:

Fraturas: Uma matéria do Jornal Esquerda Diário, Dr. Henrique Carneiro em uma entrevista afirma sobre a importância da “Mobilização antiproibicionista e com isso tece uma crítica a organização da Marcha da Maconha - Maior expressão de articuladores e defensores da cannabis no Brasil

“Dentro da Marcha existem setores capitalistas e socialistas. Há machistas e feministas. Rastafaris e pacientes de câncer. Ou seja, distintas gamas de diferentes aspectos ideológicos. Nesse sentido, a Marcha tem um caráter frente-única que deve ser mantido, mas que exige que haja no seu interior um debate sobre projetos alternativos para o modelo da gestão da economia das drogas. Há aqueles que são claramente neoliberais, fundamentados ideologicamente na obra de Milton Friedman, que era pró-liberalização, e que defendem um modelo privatista oligopólio para o que seria a indústria das drogas. E existe outro modelo, embasado na intervenção estatal, que já existiu inclusive para gerir o álcool em muitos países. Portanto, é preciso discutir não só a liberalização, mas também a forma de gestão, de modo a colocar as rendas da produção de psicoativos a serviço dos interesses sociais”. (Esquerda Diário, 2015)

Feitura: Ampliação do pensamento progressista

Globalização: A globalização desempenha um papel importante nos novos movimentos sociais, pois muitas questões, como ampliação das lutas locais e internacionais, conquistas e a luta contra violências estruturais e globais. Isso levanta questões sobre como esses movimentos são

organizados internacionalmente e como lidar com questões de poder global e socioambiental, pois, ao analisar os movimentos antiproibicionista neste momento não parece evidente esse Coletivo tem uma preocupação mais ampla e mais profunda sobre apresentar propostas concretas sobre a gestão das drogas na sociedade atual. Tecnologia e Redes Sociais: A ascensão da tecnologia da informação e das redes sociais desempenhou um papel fundamental na organização e na mobilização de novos movimentos sociais. Até podem ser organizados de maneira eficiente e alcançar públicos mais amplos através dessas plataformas, contribuindo para a ampliação do ativismo online e ou forma de diálogo e divulgações de ações e estratégias. Meio Ambiente e Sustentabilidade: O ativismo ambiental é outro componente significativo dos novos movimentos sociais, com movimentos que lutam contra a gestão ambiental, as mudanças climáticas e a exploração de recursos naturais. Cultura e Estilo de Vida: os novos movimentos sociais também são caracterizados por uma ênfase na cultura e no estilo de vida. Eles buscam criar mudanças culturais e promover alternativas culturais às normas dominantes.

Fraturas: “ Touraine também elucida que “(...) a noção de movimento sociais deve tomar o lugar da noção de classe social” porque atualmente” não se trata mais de lutar pela direção dos meios de produção e sim pelas finalidades das produções culturais que são educação, os cuidados médicos e a informação de massa”, bem como a “defesa do direito dos homens, o direito á vida dos que estão ameaçados pela fome e pelo extermínio, a livre expressão, a livre escolha de um estilo e de uma história de vidas pessoais (MONTAÑO e DURIGUETTO 525)

Em resumo, o debate teórico dos novos movimentos sociais gira em torno de como esses movimentos se organizam, quais são os seus objetivos, como eles abordam questões de identidade e reconhecimento, e como eles se relacionam com o Estado e as instituições políticas. Esses movimentos continuam a desempenhar um papel significativo na sociedade contemporânea, moldando agendas políticas e sociais em todo o mundo.

4.3 Movimento antiproibicionista

A ação dos movimentos sociais antiproibicionistas - visa contrapor à ordem do capital – e m d e t e r m i n a d o s m o m e n t o s anunciam outras possibilidades de sociabilidade “humanizada” e livre da repressão. Estas ações têm protagonizado a denúncia dos ataques às políticas sociais, por meio de governos que fortalecem a ideologia do fascismo e que visam o acúmulo/poder econômico em detrimento dos sujeitos.

Os Movimentos Sociais antiproibicionistas visam combater o controle dos indivíduo e ou grupos sociais, principalmente de sujeitos socialmente pauperizados – que vivenciam as distintas expressões da questão social nas margem de uma sociedade onde o controle social é materializado pela punição dos corpos, ausência do direito à liberdade e prisões.

São Paulo é uma cidade que possui diversos movimentos sociais, neste momento analisaremos a Iniciativa Negra Por Uma Nova Política de drogas”; “RENFA”; “O Centro de Convivência - é de Lei”, instituição que tem cumprido a sua função social como movimentos sociais e entidades antiproibicionistas, propondo a sociedade civil e aos profissionais que atuam com usuários de drogas um processo de formação política e educacional baseado nos princípios dos direitos humanos e na interseccionalidade.

“Se é loco”! Chegamos até aqui seus “ratos de bic¹⁴”

Pronto: Perceba que para compreender esses movimentos sociais diante a essa introdução que fizemos sobre ideologia, classes e movimentos sociais, analisaremos os movimentos sociais supracitado com a seguinte perspectiva: Qual a missão das organizações; está articulada a partido e sindicato? Qual compreensão teórica e ou direcionamento político institucional? Existe ações interseccional (identidade, cultura, sociedade civil e estado), e por fim as principais ações e espaço de atuação que tais movimentos tem se inserido.

Baseado nos conteúdos disponíveis nas mídias sociais, sites, blog, e publicações, levantamos informações para analisar politicamente sua função social

¹⁴ **expressão** utilizada entre amigos para falar dos usuários de cannabis que involuntariamente ou não, levam o isqueiro de algum integrante da sessão – momento de uso e efeito do uso de maconha”.

e suas intervenções internas e externas diante as lutas vivenciadas.

4.4 Iniciativa¹⁵ Negra Por Uma Nova Política Sobre Drogas

Iniciativa Negra Por Uma Nova Política Sobre Drogas:

Segundo informações do Site oficial da organização:” A Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre Drogas é uma organização da sociedade civil que atua, desde 2015, pela construção de uma agenda de justiça racial e econômica promovendo ações de advocacy em Direitos Humanos e propondo reformas na atual política de combate às drogas. Inicialmente como um projeto, hoje a Iniciativa está consolidada como a primeira ONG negra do país a assumir o compromisso de diagnosticar e apontar soluções pacíficas para uma reforma da política sobre drogas a partir da perspectiva racial”

Possui institucionalmente consolidada uma organização interna com a missão: “Acreditamos que desenvolver uma sociedade crítica, informada e articulada sobre a interlocução entre a política atual de combate às drogas e a opressão racial no país contribui diretamente para garantir direitos humanos, democracia e justiça racial”

Com um programa institucional de cunho interseccional baseados em 6 eixos: Segurança Pública e Sistema de Justiça; Participação Social; Saúde Pública; Difusão e Cultura; Pesquisa e Incubação e apoio em gestão, desenvolvem projetos para a população e formação para sociedade em geral e profissionais, além de compor atualmente o Conselho Nacional de Política sobre Drogas (Conad), sendo a “Iniciativa Negra representada em âmbito nacional pelo seu cofundador Dudu Ribeiro, na posição de conselheiro nacional de política de drogas; Nathália Oliveira, também cofundadora da Iniciativa Negra, é secretária executiva da rede da Plataforma Brasileira de Política de Drogas (PBPD¹⁶), da qual a Iniciativa faz parte. Ela se elegeu em uma cadeira do conselho, como representante da Plataforma”.

Esta organização também assinou a carta¹⁷ aberta do CONAD que intensifica

¹⁵ Conheça melhor através do site: <https://iniciativanegra.org.br>

¹⁶ Para mais informações acesse: Plataforma Brasileira de Política de Drogas (PBPD) <https://pbpd.org.br/>

¹⁷ Carta aberta disponível em: <https://pbpd.org.br/em-paz-desarmaremos-a-guerra> acessado em 19/09/2023

o posicionamento político e a especificidade de atuação das organizações que constrói esse conselho de direito.

A Iniciativa Negra por uma nova política sobre drogas se posiciona em defesa do Antiproibicionista; “Que seja antirracista; Promova a cultura de paz e valorize a diversidade; Priorize a reparação histórica e a redução de desigualdades; Seja pautada na ética da Redução de Danos; Defenda o cuidado em liberdade: Fortaleça o SUS; Seja interseccional com participação social; Seja baseada em evidências científicas e no respeito aos saberes tradicionais e populares”

Concepção política – Não identificada

Ações interseccional? Sim, realiza atividades e envolvimento de diversos níveis e agências governamentais e legislativas, também com o modelo antipunitivista, as questões raciais, classe e gênero entre outras.

Principais estratégias e ações: Atuação no controle social em alguns estados brasileiro, publicações textuais e projetos com financiamento¹⁸ para diversas ações como: enfrentamento a violência policial, combate ao racismo, ao machismo, as opressões da lgbtqiapn+, população de rua, periferias, cultura, redução de danos, autocuidado e saúde.

4.5 É de Lei ¹⁹

O Centro de Convivência É de Lei, é uma organização histórica em São Paulo e que atua na região central de São Paulo, desde sua fundação. Segundo informações contidas no site oficial o “É de Lei, é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos que atua desde 1998 na promoção da redução de riscos e danos, sociais e à saúde, associados à política de drogas”.

Sua principal missão é promover a perspectiva ética do cuidado no campo das drogas, ampliando a possibilidade de escolha das pessoas e desconstruindo preconceitos, suas ações estão voltadas para o desenvolvimento da cidadania e para a defesa dos Direitos Humanos de pessoas que usam drogas, sobretudo em contextos de vulnerabilidade.

¹⁸ Sobre financiamento para ações sociais, acesse mais em: <https://www.fundobrasil.org.br/projeto/iniciativa-negra-por-uma-nova-politica-de-drogas/#:~:text=A%20Iniciativa%20Negra%20por%20uma,po%C3%ADtica%20de%20combate%20%C3%A0s%20drogas.>) acessado em 19/09/2023

¹⁹ Saiba mais em: <https://edelei.org/> acessado em 19/09/2023

Uma organização que a partir da perspectiva interseccional do cuidado, insere-se na construção de política pública com interesse na redução de danos, visando ampliar o acesso e o cuidado as pessoas em situação de vulnerabilidade, que pratica uso abusivo e dependente de substâncias psicoativas – população LGBTQIAP+, população sobrevivente da prisão, em situação de rua, cenas de prostituição, lazer, comunidades de povos originários e crianças e adolescentes. levando em consideração os recortes de raça, gênero e classe social.

Com um programa institucional de cunho interseccional baseados em 4 núcleos: Núcleo de Ensino e Pesquisa; Núcleo de Comunicação e Advocacy; Gestão Estratégica e Núcleo de Gestão Operacional. Realiza atividades com financiamento²⁰.

Cristina Brites foi uma das fundadoras do “É de lei” e pesquisadora da temática das drogas, em novembro de 2019, brites, foi convidada a compor a mesa de homenagem contou sobre o processo de construção do É de Lei e seus primeiros projetos²¹:

“Éramos recém-formadas, eu em Serviço Social e Andréa em psicologia. A redução de danos nos interessava menos pelo que conhecíamos sobre sua efetividade prática e mais pelo horizonte ético-político no qual se inscrevia. Desde o início, por caminhos diversos, fomos agregando pessoas com perfil underground, com ou sem formação profissional especializada. A memória desgastada pelo tempo, e deformada pela seletividade dos afetos, me impede de citar nominalmente todas e todos que nos acompanharam nessa aventura coletiva que foi a criação do Centro de Convivência É de Lei.”

Concepção política – não identificada

Ações interseccional? Sim, realiza atividades e possui envolvimento de diversos níveis com agencia financiadora de projetos, atividades governamentais e legislativas, cumprindo seu principal referencial a questão da formação com profissionais, educação popular em redução e danos fortemente atreladas as questões raciais, classe e gênero.

Principais estratégias e ações: Inserção nos conselhos de direitos,

²⁰ Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/projeto/centro-de-convivencia-e-de-lei/> acessado em 19/09/2023

²¹ Disponível em: <https://edelei.org/diarios-de-motocicleta-por-cristina-brites-em-homenagem-aos-20-anos-do-e-de-lei/> acessado em 19/09/2023

formação política e profissional com diversos profissionais dos mais vastos seguimentos, inserção nas universidades e ações em locais de concentração de uso. Além de um espaço de convivência na região central de São Paulo.

Atuação no controle social em alguns estados brasileiro, publicações textuais e projetos

4.6 RENFA²²

Utilizamos redes sociais e site oficial deste coletivo para compreender as ações deste movimento social. Esta organização nos inspira, pois está atrelada diretamente as questões do antiproibicionismo e da luta feminista classista.

“A Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas (RENFA) é uma organização política feminista, antirracista, suprapartidária e anticapitalista, criada para atuar em rede na luta pelos direitos humanos e fortalecimento político das mulheres e pessoas trans”. Este coletivo não visa apenas o foco no gênero, mas também suas articulações e interseções com outras lutas, bem como a luta transversal de gênero, raça e classe, pois se colocam no campo do fim do capitalismo, mesmo não tendo uma direção referente a qual objetivo futuro e qual sociedade querem construir com o fim do capitalismo.

Atualmente a RENFA está presente em 12 estados e no Distrito Federal. Sendo em Alagoas, Pernambuco, Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pará, Amapá, Sergipe e Roraima. Os estados que estão organizados em núcleo são: Bahia, Ceará, Distrito Federal, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Norte, Sergipe e Amapá. “Fomentam em seus territórios a luta por uma reforma da atual política de drogas, com foco na defesa dos direitos dos grupos mais atingidos pelo modelo proibicionista - um exemplo das mulheres encarceradas, seus familiares, profissionais do sexo, mães vítimas da violência do Estado, mulheres em situação de rua, profissionais do sexo e LBTQIAP +, em sua maioria negras”

²² Conheça mais sobre esse movimento, missa, valores, publicações e histórico da organização. Disponível em <https://renfa.org/sobre-nos>

A carta²³ princípio da RENFA norteiam as ações nacionalmente realizada por integrantes, visando uma centralidade nos posicionamentos político, direcionamento de integrantes nas ações realizadas, bem como o perfil esperado para o desenvolvimento da construção objetiva das ações realizadas. Vale ressaltar que esta organização se coloca no campo da esquerda e assume pautas importantes para o reconhecimento, defesa, e manutenção de vidas socialmente marginalizada, perceba:

Os princípios contidos nesta Carta devem ser respeitados por todas as pessoas que compoe da Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas, que é uma rede composta por: mulheres cis, trans, travestis, homens trans, pessoas não binárias; que são: lésbicas, bissexuais, pansexuais, que fazem uso de drogas, são profissionais do sexo, redutoras de danos, privadas de liberdade, familiares e sobreviventes do sistema penal, em situação de rua, do campo, da comunidades periféricas, das águas, das florestas, negres, quilombolas, brances, indígenas, neurodiversas, feministas antiproibicionistas, antirracistas, anticapitalistas, antipunitivistas, abolicionistas penal, antimanicomiais.

Fundamentando assim seu posicionamento anticapitalista e de construção coletiva:

“A RENFA se articula em parcerias com movimentos feministas, negro, antiproibicionistas entre outros movimentos sociais e de luta de base com vistas à consolidação de direitos sociais e abolição dos modelos de controle das corpos, territórios, campo, cidade e espírito estabelecidos pelos sistemas de opressão racista, cisheteropatriarcal e capitalista, fundamentalista” (Renfa, p.1).

Articulada em partido e sindicato? Não está atrelado diretamente a partido e sindicatos, mesmo construindo ações coletivas com pessoas organizadas nestas organizações.

Concepção política – Movimento declaradamente anticapitalista, entretanto não discorrem sobre uma linha teórica específica.

Ações interseccional? Sim movimento interseccional que dialoga com

²³ Carta publica, disponível para consulta em:
<https://docs.google.com/document/d/149faNcSJL7USZzfmjM0rJitbqDt3P0SneOCXKy9bx4M/e>
dit?p li=1) acessado em 19/09/2023

diversos campos da identidade e cultura, reconhecimento e inserção na administração pública através do controle social, financiamento público e privado.

Principais estratégias e ações: Ações de fortalecimento nos locais de uso abusivo, contribuição em pesquisas científica e fortalecimento das mulheres usuárias de substâncias psicoativas, sobreviventes do sistema penal entre outras ações de combate a violação de direito.

Conclusão

As drogas é um problema do capital.

Emerge no campo científico e na construção das teorias revolucionárias no campo da esquerda brasileira, a questão racial em detrimento as respostas sobre o desenvolvimento econômico de acumulação capitalista diante o processo de exploração material e sócio-histórico do povo negro, bem como afirmar que o racismo como arma ideológica se materializa nesta sociedade através de suas diversas manifestações nas expressões da questão social mediante uma ação “desigual e combinada”.

Ao analisar estes principais movimentos sociais que atuam especificamente na cidade de São Paulo, podemos perceber que as condições e as respostas que nos estimula a pensar esta análise, nos faz compreender que os movimentos sociais antiproibicionista estão acompanhando a conjuntura e suas atuações têm contribuído para a manutenção da vida das pessoas que fazem uso abusivo, seja pelas ações de redução de danos/ defesa intransigente dos direitos humanos e ou pela descriminalização/ legalização.

As organizações antiproibicionistas sem dúvida compõem as lutas sociais e tem causado impacto no controle social diante aos avanços políticos que tem realizado diante o posicionamento e a representação de integrantes destes movimentos, diante a agenda nacional do desencarceramento e das ações antiproibicionista, mesmo compondo tais pautas revolucionárias, estas organizações não especificam suas ações que combatem o sistema capitalista, é claro que estes movimentos compreende a situação do capitalismo moderno como espaço de exploração e violação de direito, entretanto não se apresenta ações que combate o capital e os meios de produção, ao meu ver ações específicas diante a complexibilidade das diversas expressões da questão social.

As análises apresentadas nos capítulos fazem menção ao conhecimento histórico proposto pela teoria social crítica e o quanto foi possível acumular mediante a contribuição da tradição marxiana no conjunto das produções teóricas que dialoga com os aspectos da sociedade do capitalismo baseado em um método.

“A tradição marxista, diferença da “obra marxista” (o que é de responsabilidade direta de Marx, as vezes em colaboração com Engels), deve ser vista como uma

teoria social, rica e heterogênea, composta por variados autores e vertentes, debruçados sobre objetos diversos em contexto variado. No entanto, se há diferenças entre as vertentes desta tradição –, estruturalista, epistemologia, ontológica etc. -, há pelo menos um aspecto que lhe confere unidade interna: A perspectiva anticapitalista e de revolução. Isto é, trata-se de uma teoria social diversa, rica heterogênea, que visa ao conhecimento crítico da estrutura e dinâmica capitalista para sua superação. (MONTAÑO e DURIGUETTO 323)

Marx discute as funções do Estado na regulação da produção capitalista e na criação das condições necessárias para a acumulação de capital. o Estado consiste em uma ferramenta de opressão que serve para manter a ordem social hierárquica, reprimir as revoltas dos trabalhadores e garantir a exploração da classe trabalhadora pelas elites econômicas.

Lenin é um teórico e revolucionário admirável, um importante sujeito que construiu fortes reflexões sobre estratégias de superação da sociedade capitalista e o papel do Estado nos interesses da burguesia, e enfatiza o poder do estado na sua função repressiva, tais instrumentos de repressão se concretizam mediante ao aparelho repressivo do estado: “O exército permanente e a polícia são os principais instrumentos da força do poder de Estado²⁴”

Tais concepções de análises marxista compõe elementos que fortalecem a base da ideologia comunista e do rompimento do Estado como mediador das relações e classes sociais, entretanto o cotidiano das relações sociais na contemporaneidade a questão das proibições das drogas está amparado pela ideologia liberal, conservadora, e religiosa.

Considera-se que o modelo atual de estado capitalista cria ações repressivas aos trabalhadores e consolida a ideologia punitivista e de controle dos corpos, sendo a ideologia punitivista a forma de controlar crimes e aumento da violência na sociedade.

O punitivismo defende um sistema de justiça criminal mais duro e repressivo, com leis mais rigorosas e penas mais severas, além de “medidas paliativas de controle” como a internação compulsória. Isso frequentemente leva a um aumento no encarceramento em massa, superlotação das prisões e injustiça no sistema de justiça criminal, além de fortalecimento das instituições conservadoras que impacta diretamente na vida as pessoas negras e pobres que vivem na periferia.

Há muitos outros elementos que necessitam de aprofundamento para efetivamente assegurar a apreensão da complexidade da temática apresentada: concepções e políticas de prevenção e de tratamento aos usuários, construção

ideológica do traficante e do usuário como inimigos públicos, exploração sensacionalista da mídia sobre o tema, tráfico e consumo de drogas como fontes de legitimação da violência policial, punitivismo, prisões e da violação de direitos dos cidadãos moradores das comunidades “controladas” pelo tráfico de drogas, pessoas em situação de rua, entre outros. Essa pesquisa segue o projeto de acúmulo científico para dar continuidade às próximas pesquisas, visando sua continuidade no doutorado.

Axé! “Legaliza já, sob o controle operário e popular!”

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Silvio Luiz de. O que é racismo estrutural? Coleção Feminismos Plurais. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ANTUNES, Ricardo. Adeus trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16 e.d. São Paulo: Cortez, 2015.

BARROCO, Maria Lucia silva: Ética e serviço social: fundamentos ontológicos. 3ed. São Paulo, Cortez, 2005.

BASTOS, I, B; BERTONI, N. Pesquisa Nacional sobre o uso de crack: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? Quantos são nas capitais brasileiras? Rio de Janeiro: Editora ICICT/FIOCRUZ, 2014.

BATISTA, N. Política criminal com derramamento de sangue. Revista Brasileira de Ciências Criminais, São Paulo, n. 20, p. 129-146, 1997.

BEHRING, E. R. Fundo Público, Valor e Política Social. São Paulo: Cortez (ano) Brasil, resolução 466 – Conselho Nacional de Saúde disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf> Acesso em: 01/09/2023

BRASIL. Ministério da Justiça e segurança Pública – Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/fundo-nacional-antidrogas-bate-recorde-e-alcanca-mais-de-r-100-milhoes-em-arrecadacao> acesso realizado em 18/10/2021

BRASIL. Ministério da Justiça e segurança Pública - <https://www.gov.br/pt-br/noticias/justica-e-seguranca/2021/01/fundo-nacional-antidrogas-fecha-2020-com-maior-arrecadacao-em-5-anos> Acesso realizado em 18/10/2021

BRASIL. Senado Federal. Decreto n. 14.969 de 3 de Setembro de 1921. Aprova o regulamento para a entrada no país das substâncias tóxicas, penalidades impostas aos contraventores e sanatório para toxicômanos. 3 set. 1921. Disponível em < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D14969.htm acesso em 01/09/2023.

BRASIL. Executivo. Decreto Lei 891 25 novembro de 1938. Disponível em <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEL&numero=891&ano=1938&ato=a180TR65EMrpXTc3d>, acesso em 05/07/2023

BRITES, C, M. Ética e uso de drogas: uma contribuição da ontologia social para o campo da saúde pública e da redução de danos, Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

_____. Psicoativos (drogas) e Serviço Social: Uma crítica ao proibicionismo. São Paulo: Cortez, 2017.

CARNEIRO, H.S As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas no século XX. Revista Outubro, São Paulo, n. 6, p. 115-128, 2002.

_____. As drogas e a história da humanidade. Psicologia Ciência e Profissão - Diálogos, Brasília, ano 6, n. 6, p. 14-15, nov. 2009.

_____. revista Drogas & sociedade contemporânea: perspectivas para além do proibicionismo. São Paulo: Instituto de Saúde, 2017.

_____. Drogas: a história do proibicionismo. São Paulo: Autonomia Literária, 2018

CARVALHO, Jonatas Carlos Uma história política da criminalização das drogas no Brasil: a construção de uma política nacional. http://neip.info/novo/wpcontent/uploads/2015/04/carvalho_histria_politica_criminaliza_o_drogas_brasil.pdf Acesso em 22/08/2016.

CFESS. “Violência e autoritarismo do Estado não resolvem”. Fonte|: http://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2012_lutaantidrogas-site.pdf .Acesso: em 02/05/2016.

CFESS. CFESS Manifesta. “Proibir e trancar não resolve”. http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/cfessmanifesta2013_diainternacionalcontraabusodetrogas.pdf. Acesso em 30/04/2016.

CFESS. Código de Ética Profissional do/a Assistente Social (1993). Brasília (DF). Ed. Revista, 2011.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Código de Ética do/a Assistente Social. 10 ed. rev. atual. Brasília: CFESS, 2011.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. O debate contemporâneo sobre os usos de drogas. CFESS Manifesta, Brasília, jun. 2011.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. O debate contemporâneo sobre os usos de drogas. CFESS Manifesta, Brasília, jun.2011 disponível em: http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/cfessmanifesta2013_diainternacionalcontraabusodetrogas.pdf Acessado em 10/10/2022

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. O debate contemporâneo sobre os usos de drogas. CFESS Manifesta, Brasília, jun. 2011.

CONAD. Conselho Nacional Antidrogas. Resolução nº3/GSIPR/CH/CONAD, de 27 de Outubro de 2005. Aprova a Política Nacional Sobre Drogas. Brasília, DF. 27 out. 2005.

Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). “Dia internacional de combate as drogas”.disponível em http://www.cfess.org.br/arquivos/Livro_CFESSManifesta_GestaoTempodeLuta-Site.pdf Acesso em 05/02/2023.

Conselho Nacional de Saúde: Resolução 466. Disponível em : <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf> - acessado em 10/05/2023

Conselho Regional de Psicologia (CRP) “declarações do prefeito do RJ sobre a continuidade e expansão da política de internação compulsória” <https://www.crp-sp.org/noticia/view/2219/nota-de-posicionamento-do-crp-sp-sobre-as-internacoes-compulsorias-na-regiao-da-cracolandia> acessado em 20/12/2022

CORREIA, Mariama. Entidades cristãs receberam quase 70% da verba federal para comunidades terapêuticas no primeiro ano de governo Bolsonaro. 27 de julho de 2020. acesso em: 07 de outubro de 2022. <Disponível em <https://apublica.org/2020/07/entidades-cristas-receberam-quase-70-da-verba-federal-para-comunidades-terapeuticas-no-primeiro-ano-de-governo-bolsonaro>.

DEGASPERI, Nínive. Drogas, políticas sociais e serviço Social. (Mestrado), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2013. <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/123164/326705.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 02/05/2023.

DONEGÁ, Amália Regina. Internação Compulsória: A persistência histórica- higienista e violadora da dignidade da pessoa humana. http://www.cesumar.br/prppge/pesquisa/epcc2013/oit_mostra/Lara_Maria_Tortola.pdf acesso em 12/03/2023.

EURICO,C,Marcia. Racismo na infância. São Paul. Cortez, 2020

ESQUERDA DIÁRIO ENTREVISTA: Henrique Carneiro, professor da USP que debate e pesquisa temas relacionados à legalização das drogas disponível em: https://www.esquerdadiario.com.br/ENTREVISTA-Henrique-Carneiro-professor-da-USP-que-debate-e-pesquisa-temas-relacionadosa?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=Newsletter acessado em 10/04/2022

FAUSTINO (NKOSI), D. O pênis sem o falo: algumas reflexões sobre homens negros, masculinidades e racismo, in *Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher* (organização Eva Alterman Blay). – 1ª ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014, p. 75.

FERRUGEM, Daniela. *Guerra as drogas e a manutenção da hierarquia racial*. 1ª ed - Belo Horizonte – MG: Letramento, 219

IORE, M. (2012) O lugar do Estado na questão das drogas: o paradigma proibicionista e as alternativas. *Novos estud. - CEBRAP*, São Paulo, n. 92, p. 9-21. Disponível em . Acesso em 23 dez. 2016;

FONSECA, E. M. & BASTOS, F. I. Os Tratados Internacionais Antidrogas e o Brasil: políticas, desafios e perspectivas. Disponível em : http://www.academia.edu/5392444/Os_Tratados_Internacionais_Anti-drogas_e_o_Brasil_Pol%C3%ADticas_desafios_e_perspectivas. Acesso em 04/10/2022.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONZALEZ, Lélia. *A categoria político-cultural de amefricanidade*. São Paulo, ed. Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, 1988

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 9.ed. - Cortez: São Paulo, 2015

IANNI, Octavio. A racialização do mundo. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 8(1):

IASI, Mauro Luis. *Consciência e ideologia: para além dos muros de pedra: (ensaios)*. São Paulo: Cortez, 2022.

JORDÃO, Anelise Soares. A Polêmica da Internação Compulsória. Artigo (Lato Sensu). Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em:

http://www.emerj.tjrj.ius.br/paginas/trabalhos_conclusao/2semestre2014/trabalhos2014/AneliseSoaresJordao.pdf: Acessado em 10/08/2022

LOCCOMAN, Luiz. A polêmica da internação compulsória. Fonte: http://www2.uol.com.br/vivermente/artigos/a_polemica_da_internacao_compulsoria.html. Acesso em 12/04/2023.

MACRAE, E. "Antropologia: Aspectos Sociais, Culturais e Ritualísticos" In: SEIBEL, S.D. e TOSCANO Jr., A (orgs.). Dependência de Drogas. São Paulo: Atheneu, 2000.

_____. A subcultura da droga e prevenção. Disponível em: http://www.neip.info/downloads/t_edw5.pdf. Acesso em 22/08/2022.

MARX, karl. A ideologia alemã (Feuerbach). São Paulo: Hucitec,1993

MATHIAS, C. L. K. A tese de Williams e o Antigo Sistema Colonial: notas sobre um debate clássico. História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 6, n. 11, p. 190–209, 2012. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/442>. Acesso em: 4 jun. 2022

MAZZEO A.C: Possibilidades lenineanas para uma paideia comunista in Mazzeo AC, Del Roio, Marcos, Deo, Anderson "Lenin: teoria e prática revolucionária. Marilha Oficina universitária; São Paulo, Cultura Acadêmica, 2015.

MINAYO, M. C. S. (Org.) & DESLANDES, S. F. Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 31ª ed., Rio de Janeiro (RJ): Vozes, 2012.

MONTAÑO, C; DURIGUETO. M, L. Estado, classes e movimento social- 3.ed – São Paulo: Cortez, 2011.

MOURA, Clóvis (1988). Sociologia do Negro Brasileiro, Ed. Atica S.A, São Paulo. Também, disponível em <https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1DOtDty9I1RLNCQQ2q6SXdPotB3JbMfko>) acesso em 10/05/2023

NETO, José Paulo e Marcelo BRAZ. Econimoa política: uma introdução crítica. 8 e.d. Vol. 1. São Paulo: Cortez, 2012.

OBID - Observatório Brasileiro de Informações Sobre Drogas. Disponível em: <http://obid.senad.gov.br/obid/dados-informacoes-sobre-drogas/pesquisa-estatisticas/populacoes-em-contextos> Acesso 20/01/2023.

Portal Ipea disponível em [:https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=37961&catid=8&Itemid=6](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=37961&catid=8&Itemid=6) – acesso em 20/11/2022

RODRIGUES, T. Narcotráfico: um esboço histórico. In: CARNEIRO, Henrique; VENÂNCIO, Renato Pinto (orgs.). Álcool e drogas na história do Brasil. São Paulo: Alameda; Belo Horizonte: PUCMinas, 2005.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, G, S. A figuração social das drogas e as relações de poder: ethos, habitus jurídicos e o meio caminho andado da decisão sentencial dos crimes de tráfico de drogas em Goiânia, tese Doutorado, sociologia, UFG, Goiania, 2020 Acessado em 01/07/2022 <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/10351>

SOLLERO, L. Farmacodependência. Rio de Janeiro: Agir, 1979.

UNIFESP. Departamento de Psiquiatria da Universidade Federal de São Paulo. Fonte: <http://www2.unifesp.br/dpsiq/novo/sobre/noticias/exibir/?id=195> acesso em 21/01/2022

VENÂNCIO, Renato Pinto. Álcool e drogas na história do Brasil. São Paulo: Alameda, 2005, p. 291-310.

Yazbek, M,C. A dimensão política do trabalho do assistente social. (120) Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo. Out./dez. 2014 p. 677-693.

YAZBEK, Maria Carmelita. Classes subalternas e assistência social. São Paulo: Cortez, 2009.